

Caruiba

PR/SCT/CNPq
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
COLEÇÃO ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA



O NATURALISTA ALEXANDRE
RODRIGUES FERREIRA
Uma análise comparativa de sua
Viagem Filosófica (1783-1793) pela
Amazônia e Mato Grosso com a de
outros naturalistas posteriores

Oswaldo Rodrigues da Cunha

*Deposito: Museu Paraense
Emílio Goeldi
17/09/91
MG
508.811
C 972
ex. 1*

Belém-Pará
Janeiro 1991

1987
1987
1987



SCT/CNPq
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Secretaria da Ciência e Tecnologia/PR
CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Parque Zoobotânico — Av. Magalhães Barata, 376, São Braz.
Campus de Pesquisa — Av. Perimetral, Guamá.
Caixa Postal: 399. Telex: (91) 1419. Telefones: Parque, (091) 224-9233.
Campus, (091) 228-2341 e 228-2162. Fax: (091) 241-7384.
66.040, Belém, Pará, Brasil.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente: Fernando Collor de Mello

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Secretário: José Goldemberg

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Presidente: Gerhard Jacob

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Diretor: Guilherme M. de La Penha

Vice-Diretor de Pesquisas: José Guilherme Soares Maia

Vice-Diretor Executivo: Celso Martins Pinto

COMISSÃO DE EDITORAÇÃO

Presidente: Guilherme M. de La Penha

Vice-Presidente: William L. Overal

Equipe Editorial: Graça Overal, Lais Zumero e Lairson Costa

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da.

O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815): uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores/Osvaldo Rodrigues da Cunha. — Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR. 1991.

84 p. mapas.

ISBN 85-7098-023-X

1. Brasil — Descrições e Viagens. 2. Rodrigues Ferreira, Alexandre. 3. Naturalista — Biografia. I. Título.

CDD: 508.81

918.11

918.172

© Direitos de cópia/Copyright 1991
por/by PR/SCT/CNPq Museu Goeldi

Aquele que não sabe
e não sabe que não sabe,
é um néscio — foge dele;

Aquele que não sabe
e sabe que não sabe,
é simples — ensina-o;

Aquele que sabe
e não sabe que sabe,
está a dormir — acorda-o;

Aquele que sabe que sabe,
é sábio — segue-o.

Aforismo árabe

Do 4500 MPEG
R\$ 240,00 17-9-91
460 L

Agradecimentos

Já faz 45 anos que o autor deste livro vem desenvolvendo, desde os 18 anos de idade, diversificado trabalho sobre Ciência e História científica da Amazônia em particular e do Brasil e América do Sul em geral, na vivência com o Museu Paraense Emílio Goeldi. Tirando a tarefa científica propriamente dita, que contou com a colaboração e auxílio de inúmeras pessoas de diversos graus de instrução e posição administrativa; as pesquisas histórico-científicas foram tarefas estritamente pessoais, sem o auxílio ou contribuição de qualquer indivíduo. Apenas a vontade decidida, muita paciência, longos anos e aquela intuição nata, necessária à reconstituição de tempos pretéritos, conseguiram levar o autor ao término de seus objetivos. Não foi fácil, e às vezes até desalentador tornar as pesquisas úteis aos interessados, ao público em geral, editando-as em livros. Aí estão as dificuldades e atropelos de toda sorte, ocorridos aqui no Pará e mesmo, por algum período, no próprio Museu Paraense Emílio Goeldi.

Mas felizmente, nesses últimos cinco anos, o Museu teve a sorte de contar com seu atual Diretor, Dr. Guilherme Maurício de La Penha, o qual com muita justeza e compreensão soube avaliar a importância, não apenas da pesquisa científica inerente à instituição mas também e no mesmo nível daquela pesquisa tão imperiosa que é a história da ciência e os estudos correlatos (como biografias) na Amazônia.

Portanto, queremos exprimir nossa gratidão perene ao Dr. Guilherme de La Penha por ter oferecido toda oportunidade e facilidades com aquela dignidade elogiável de administrador correto e per-

feito cientista que é de profissão, pela publicação destes trabalhos nossos, e de outros pesquisadores do Museu.

Também mais uma vez prestamos os nossos agradecimentos à Lais Zumeró, do Setor de Editoração deste Museu pelo incansável zelo que tem dedicado aos trabalhos do autor, interessando-se com muito préstimo à cansativa revisão dos originais datilografados e empenhando-se com conhecimento do assunto para que os mesmos sejam o quanto antes publicados, no melhor estilo editorial.

Apresentação

O que leva naturalistas estrangeiros a serem tão enaltecidos, enquanto os nossos são esquecidos? O confronto cultural entre o desenvolvimento e o permanente estado de letargia dos países em eterno estágio de pré-desenvolvimento. Antes das maravilhas tecnológicas dessas nações vem, primeiro, a centenária e em alguns casos milenar tradição pela cultura aí incluída como sempre esteve, a ciência, a cultura metodizada.

Osvaldo Cunha nos propicia finalmente, ao correr da pena, um cenário global de algumas das principais expedições científicas que buscaram o conhecimento Amazônico vis-a-vis a de Alexandre Rodrigues Ferreira. Esse naturalista, nascido na Bahia e educado em Coimbra, é consistente e vergonhosamente esquecido por sua pátria, como o foi à época pelos patrocinadores de sua própria expedição, interessados tão-somente nos frutos imediatos e nunca nos perenes e de longo prazo, como os gerados pela ciência.

O Museu Goeldi/CNPq, o extinto Conselho Federal de Cultura, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, a Universidade de Brasília e a Fundação Roberto Marinho têm sido, ou foram, conforme o caso, as únicas instituições determinadas a fazer ressurgir das cinzas o que Alexandre Ferreira produziu, que Portugal não valorizou e que os exércitos de Napoleão levaram para o Museu de História Natural de Paris.

Neste texto, Osvaldo Cunha torna isso mais claro ao confrontar o que foi alcançado por Alexandre Ferreira com o que veio a ser mais tarde obtido por C. Darwin, Wallace, Bates e Agassiz, este último já no ano de fundação deste Museu. Um século de conhecimentos acumulados sobre a região e perdidos para ela própria, na falta de uma instituição que os recebesse — sequer uma biblioteca onde isso tudo poderia ter sido depositado.

Faltou a Alexandre o apoio político, a decisão dos governantes em priorizar ou no mínimo atentar para a pesquisa científica; que para os padrões da época não era muito distinta da praticada nos países mais avançados da Europa e que apenas se iniciava nos Estados Unidos da América.

A Amazônia é hoje sucesso mundial de público graças aos meios de comunicação da imprensa internacional ávida de retratar infortúnios cujo crescimento, pela simples leitura dos relatos dos naturalistas que por aqui passaram, já se faziam antever. O problema indígena, o problema dos negros, a degradação da fauna e flora já vinham sendo registrados, mas a ciência nunca foi ouvida no passado como continua a não ser ouvida no presente e os "achismos" são a pseudoteoria dominante em tudo que se refere à região. "Acha-se" uma solução para cada problema sem que sequer o problema seja corretamente formulado. O enorme problema sócio-econômico-cultural de milhões chegou até a ser reduzido ao denominador mais simples de preservação de fauna e flora até que alguém se lembrou da existência de populações — termo indesejado na equação de soluções indefinidas.

Percebe-se nos antigos naturalistas não a visão estreita de disciplinas, mas a busca da captação do global do ambiente; uma filosofia perdida quando a ciência se converteu, pelo menos no Brasil, em profissionalismo sindicalizado, num último extertor de busca de sobrevivência.

A leitura das expedições científicas de alguns grandes naturalistas feita por Osvaldo Cunha o é, como o próprio autor foi treinado; feita com essa ampla percepção de horizonte vasto onde homem, bicho, planta, terra e água são elementos complementares indissociáveis, na visão biótica que deve dominar o estudo da Hiléia. Ao mesmo tempo vê-se que a Amazônia é um nome coletivo, abrangendo uma diversidade ímpar não encontrada em nenhuma outra região do planeta. Mesmo assim, sem entendermos o questionamento global por não dominarmos ainda o conhecimento das partes, insistimos em soluções universais válidas para o todo sem embasamento maior que os "achismos" da moda.

Que este texto sirva para rebuscarmos, na história, a razão de nossos males atuais contribuindo a um diagnóstico mais científico, mesmo que respaldado nos escassos dados que nos foram legados e cuja obtenção foi fruto único da determinação de homens abnegados e não de políticas de papel, implementadas cumulativa e inconsistentemente neste século.

Não se acuse a ciência de por mais de duzentos anos haver estudado a região e ainda carecer de soluções práticas, ela nunca teve voz e, agora mesmo, tem sua intervenção sufocada pelo grito de ecologistas de última hora, ávidos de microfones e de jornais na busca de uma notoriedade que só o trabalho contínuo, sério e racional provê após a digestão lenta dos conhecimentos através de gerações.

Assim se deu com Alexandre Ferreira, Darwin, Wallace e Agassiz. E a história da ciência, em múltiplos exemplos, demonstra que assim continuará a se dar.

Guilherme M. de La Penha
Diretor Geral MPEG/CNPq

Prefácio

Este tema agora publicado em livro, foi primeiramente texto de uma palestra que proferimos no antigo auditório deste Museu, no dia 21 de outubro de 1983, durante a comemoração do Bicentenário da chegada a Belém do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a fim de iniciar sua célebre Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá nos anos de 1783 a 1793. Foi uma semana de palestras e outros pequenos eventos, sem muita repercussão, quando era Diretor do Museu o Dr. José S. Lourenço.

Posteriormente ampliamos, com mais algumas novas informações, o conteúdo da palestra original e a 15 de novembro de 1984, foi publicado no jornal "O Liberal", por inteiro. Depois disso foram inseridos outros acréscimos complementares, até que finalmente para a presente publicação incluíram-se novas informações ao texto, principalmente com a análise das expedições de mais quatro naturalistas (C. Darwin, A. Wallace, H. Bates, e L. Agassiz), para servirem como complemento de comparação ao roteiro do naturalista luso-brasileiro. Ao todo analisam-se dez itinerários de expedições de famosos naturalistas, com mapas explicativos. Além desses, fazemos ainda referências a nomes e período das viagens de outros 22 exploradores que ampliaram os conhecimentos sobre a Geografia, Geologia, Botânica, Zoologia e Etnologia da América do Sul, em especial do Brasil e da região Amazônica em particular.

Nosso intuito primordial, há muito tempo delineado, seria ampliar a análise de todos os importantes naturalistas e exploradores do continente sul-americano, que mais contribuíram para o seu desbravamento científico, através de suas viagens e traçar o roteiro delas nos mesmos mapas aqui apresentados. Entretanto, isto não será possível agora, tendo em conta que o assunto tratado neste trabalho visa em primeiro lugar a uma análise sobre o naturalista luso-brasileiro e não sobre a história das expedições científicas na América do Sul. Este tema é um outro trabalho, senão para nós mesmos em dias vindouros, pelo menos para outros que estejam dispostos a efetuar uma pesquisa profunda nas obras que os naturalistas e exploradores, viajantes e conquistadores publicaram ou não sobre suas via-

gens, desde os tempos mais distantes da conquista do continente sul-americano.

A análise geral aqui elaborada encaminha-se para a elucidação de alguns pontos obscuros da vida de Alexandre Ferreira, à luz de documentos já conhecidos e outros ainda não interpretados, fugindo assim da rotina do trabalho de autores que dele se ocuparam há cerca de 200 anos. Procuramos esclarecer aspectos dúbios de suas explorações na Amazônia e Mato Grosso e de sua estada em Belém em 1783, depois em 1792 e por fim durante a última fase de sua vida em Portugal, em particular no período crítico das catastróficas invasões dos exércitos franceses nesse país de 1808 a 1810, até sua morte em 1815.

A parte complementar do trabalho analisa, em termos gerais, algumas expedições de outros naturalistas, principalmente estrangeiros, do início do século XIX até 1876, através de roteiros comparativos com a Viagem Filosófica de Alexandre Ferreira. Os dez roteiros estão esboçados em linhas coloridas, para cada naturalista, em cima de mapas mudos. Esclarecemos que os referidos itinerários, não são perfeitamente exatos em seus pormenores, mas seguem uma margem aproximativa do geral. Esperamos que este quadro expositivo possa tornar mais conhecida a grande figura que foi o naturalista luso-brasileiro Alexandre R. Ferreira, a fim de que o seu nome não se apague da memória dos brasileiros em geral e dos amazônidas em particular, e ao mesmo tempo ajude a conhecer o que outros da mesma estirpe fizeram no continente sul-americano, muito tempo depois dele.

O Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Dr. Guilherme de La Penha, interessado pelo problema histórico da magnitude da obra desse naturalista resolveu, por isso, batizar com o nome de Alexandre R. Ferreira, o novo Auditório do Museu, alojado no edifício reformado com frente para a antiga Avenida Independência (hoje Magalhães Barata), duzentos e oito anos após sua estada em Belém.

Desejamos esclarecer ainda que as principais referências bibliográficas consultadas, encontram-se inseridas no próprio texto, facilitando a qualquer interessado uma pesquisa imediata sobre o tema tratado. Este trabalho não foi elaborado com vistas à erudição ou apenas para especialistas, mas tão-somente com o fim de mostrar ao público em geral, aspectos da vida e obra do naturalista baiano, esclarecendo pontos e acrescentando novos conceitos, objetivando fixar mais nitidamente a sua figura na memória histórica da Amazônia.

Finalmente, hoje podemos confirmar o que Emílio Goeldi já havia dito em 1895 (no Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira, página 95), que a "Amazônia era o legítimo herdeiro dele" e mais que isso, vem o Museu Paraense representando depois de sua criação em 1866 e mais tarde pela reforma de 1894, o verdadeiro sucessor da continuidade da obra e do pensamento do infortunado naturalista luso-brasileiro, que no século XVIII abriu o caminho para o conhecimento científico desta imensa região.

Oswaldo Rodrigues da Cunha
Pesquisador Titular
MPEG/CNPq/SCT

O NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Uma análise comparativa de sua Viagem Filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores

No dia 21 de outubro de 1783, ancorava na baía de Guajará a embarcação "Águia Real e Coração de Jesus", que transportava o novo Governador Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Martinho de Sousa Albuquerque, nomeado para substituir o Capitão-General José Napolés Telo de Meneses, e o novo Bispo (6º) do Pará D. Frei Caetano Brandão, que vinha substituir o anterior D. João Evangelista Pereira da Silva. Trazia ainda os componentes da Expedição Filosófica, que vinham perlustrar, estudar, figurar e coletar animais e plantas, rochas e minerais e ainda observar a geografia e geomorfologia, as povoações, as vilas e cidades, com o fim de reunir documentos para compor a economia e a história da Amazônia e Mato Grosso. Era dirigida pelo naturalista-filósofo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, auxiliado pelo jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo e os desenhistas José Joaquim Freire e Joaquim Codina. Em seu diário particular Rodrigues Ferreira sumariza todo o roteiro de suas explorações pela Amazônia e Mato Grosso, desde a partida de Lisboa a 1º de setembro de 1783, sua chegada a 21 de outubro às seis horas e meia em Belém, até o dia 30 de março de 1789 no lugar Registro, rio Jauru, Mato Grosso. Esse Diário particular, por sinal incompleto, ficou desconhecido de todos os autores que trataram sobre a vida e atividades de Rodrigues Ferreira na Amazônia, até que foi publicado por João Ribeiro Mendes, anexo ao trabalho intitulado "Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira — Geógrafo; Ensaio de síntese", nos Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia, 1952 p. 342. Congresso esse realizado no Rio de Janeiro de 7 a 16 de setembro de 1944.

Muitos escritores do assunto não se referiram à data de chegada, e outros informaram erroneamente, o dia e mês em que aportaram em Belém, o Governador, o Bispo e o Naturalista. Antônio Ladislau Baena, um dos antigos cronistas do Grão-Pará, no "Compêndio das Eras", parece que, mal informado ou porque tenha se fundamentado no jornal oficial a "Gazeta de Lisboa" impressa em dois de setembro de 1783, que somente noticiava a viagem ao Pará do Governador e Bispo e omitia o nome de Alexandre Ferreira e seus auxiliares, esclarecia que os dois primeiros chegaram a Belém, de fato, no dia 21 de outubro, enquanto os expedicionários científicos aportaram apenas em dezembro do mesmo ano de 1783. Pelo exposto verifica-se discrepância de datas, supondo-se que originariamente propositadas, talvez forçadas pelo próprio Governo português, a fim de evitar divulgação de tão ilustre comitiva, reunida em um só navio, levando ao mesmo tempo uma expedição de cunho científico para explorar e colher informações fidedignas de tudo o que fosse possível captar do ambiente amazônico, então mal conhecido, quanto aos três reinos da Natureza. Sabemos hoje, com segurança, que em relação ao Brasil, desde os idos de 1500, o Governo português agia sempre com cautela, ao pôr em prática a política do sigilo, nada informando, quase sempre camuflando e muitas vezes confundindo as suas declarações para que os olheiros das nações vizinhas de nada soubessem. A viagem científica de Alexandre Ferreira, ao que nos parece, foi organizada em Portugal sob esse véu de mutismo, de modo que apenas as autoridades amazônicas estavam cientes da importância e finalidades de tal empreendimento. Essa seria também uma das razões pelas quais o naturalista luso-brasileiro encontrou toda espécie de dificuldades em Lisboa, após o seu regresso a Portugal em 1793, para publicar os resultados de seus estudos na Amazônia. O certo é que não havia na época, intuito algum de divulgar estudos científicos fundamentais de um mundo desconhecido aos europeus, ávidos de informações e novidades. Com olhares cúpidos, os governos ingleses, franceses e espanhóis principalmente, tentavam enviar visitantes travestidos de cientistas a serviço do governo dessas nações, sempre alerta para no momento oportuno caírem como abutres sobre todas as coisas do Brasil, que pouco conheciam. E não demorou muito para se tornar realidade angustiante, aqueles temores que por séculos perseguiam e atormentavam as autoridades portuguesas, já por vezes ocorridas, particularmente durante as invasões franco-espanholas dos exércitos napoleônicos em 1808, que saquearam, vilipendiaram, destruíram e roubaram, no território de Portugal, o que encontraram pela frente. O caminho estava aberto e daí por diante, apareceu uma casta de piratas internacionais encobertos sob o título de cientistas que, a pretexto de estudos nem sempre honestos como arqueólogos, historiadores, naturalistas e exploradores, a maioria aventureiros, começaram a saquear, indiscriminadamente, nações e povos até o esgotamento, como foi o caso principalmente do Egito, Oriente Médio, Irã, Iraque, Turquia, Grécia, Itália e América do Sul e Central, onde pesquisadores, exploradores e aventureiros franceses, ingleses e alemães inicialmente e de-

pois americanos do norte, porfiaram por mais de um século em roubar necrópoles, cidades, monumentos, obras de arte, múmias e tudo o que significava a memória daqueles povos, além de promoverem o vilipêndio da fauna e flora através de coletas imensas em países de natureza privilegiada, como o Brasil, e no final das contas tais estudos não traziam proveito algum para o país saqueado, o que quase sempre ocorria com o beneplácito das próprias autoridades que acreditavam na pureza de propósitos dos cientistas.

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu em Salvador, Bahia, a 27 de abril de 1756, de pai português com certas posses, que encaminhou o filho para a Universidade de Coimbra em 1770 a fim de seguir a carreira eclesiástica. Porém as salutares reformas que o Marquês de Pombal efetuara, em 1772, na célebre Universidade, induziram o jovem Alexandre a matricular-se na Faculdade de Filosofia, abandonando de vez a pretensão paterna de que fosse sacerdote. Coursou, em 1773, a Faculdade de Leis, em 1774 a Faculdade de Filosofia Natural e em 1775 a Faculdade de Matemática. O curso de Filosofia Natural englobava a física experimental, química teórica e prática, história natural (zoologia, botânica e mineralogia), lógica, ética e metafísica. Segundo dizem as crônicas, Rodrigues Ferreira foi aluno distinto, estudioso, zeloso e de bom caráter, por isso logo cedo ocupou lugar de preeminência entre os colegas e professores, como demonstrador de História Natural, durante os dois últimos anos do curso e após laureado, o de ver reconhecido o direito de ser professor na mesma Faculdade. Em 1778, já no reinado de D. Maria I, Martinho de Melo e Castro, Ministro da Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, concebeu a idéia de efetuar um levantamento cuidadoso e tanto quanto possível fidedigno da natureza e recursos mineralógicos, faunísticos e florísticos e assim também da geografia e tribos indígenas, além de informações sobre o estado das cidades, vilas, povoados e agricultura, etc., da região menos conhecida do Brasil, que era a Amazônia e todo o norte de Mato Grosso ou como então chamavam, de Estado do Grão-Pará, Rio Negro e Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Levantamento este projetado para delimitar as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul.

Foi de Coimbra que se valeu o Ministro, sendo-lhe indicado o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelo então proeminente professor Domingos Vandelli, antes seu preceptor. Depois de alguns anos de expectativa em Lisboa, saiu por fim, em agosto de 1783 o aviso que nomeava o luso-brasileiro, naturalista chefe da "Viagem Filosófica", que estava encarregada de levar a cabo "nos vastos e quase de todos desconhecidos territórios dos Estados do Pará, sertões do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, ao estudo da etnografia das regiões percorridas, preparação dos produtos naturais destinados ao Real Museu de Lisboa e, finalmente fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos desta mesma viagem". (A. Tavares da Silva, "O cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre R. Ferreira", Bol. Soc. Geogr. de Lisboa, 1947, p. 117).

Entretanto, de acordo com a informação do historiador português Pinheiro Chagas na obra "Os portugueses na África, Ásia, América e Oceania ou História cronológica dos descobrimentos ou explorações etc.", volume VII (1890), p. 252, a Expedição Filosófica de Alexandre Ferreira tinha sido determinada por Ordem Régia para incorporar-se às Comissões de Demarcação das fronteiras da América portuguesa com as possessões espanholas, nas regiões mais ocidentais do Rio Negro, Uaupés, Solimões, Javari, Madeira e Guaporé. Por motivos diversos, Alexandre Ferreira e seus auxiliares não acompanharam, logo, os componentes da Comissão de limites, a qual chegou em Belém a 26 de fevereiro de 1780 na charrua "Águia Real e Coração de Jesus, a mesma que traria em 1783 o naturalista, o bispo e o novo governador. A Comissão de limites vinda de Portugal era constituída de pessoas de escol, portuguesas e luso-brasileiras, aumentada depois com outros especialistas que já se encontravam em Belém e Barcelos. Essa missão formara-se em cumprimento ao recém Tratado de Santo Ildefonso de 1777 entre as duas nações ibéricas. Os componentes eram os capitães engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e José Joaquim Ferreira, astrônomos Antonio Pires da Silva Pontes Leme e Francisco José de Lacerda e Almeida, estes dois contemporâneos de Alexandre Ferreira na Universidade de Coimbra e também brasileiros. O general João Pereira Caldas, antigo Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 1772 a 1780, recebeu, na ocasião de deixar o governo, a Carta Régia que o nomeava Capitão-General e Governador de Mato Grosso, Plenipotenciário e Comandante da Expedição das Demarcações. Imediatamente seguiu para Barcelos no Rio Negro, com a Comissão vinda de Lisboa. Depois a eles incorporaram-se mais o Tenente Coronel Teodósio Constantino de Chermont, Antonio Landi, o Coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, engenheiros João Batista Mardel, Henrique João Wilkens, Victorio da Costa e outros especialistas, além de mais de 500 pessoas entre índios, soldados, secretários, almoxarifes, etc...

Em 1784 Alexandre R. Ferreira e seus companheiros vão incorporar-se de fato, parcialmente, à Comissão de limites, para os trabalhos de demarcações que então se levavam a cabo na região do Rio Negro e Rio Branco, por ordem do Ministro Martinho de Melo a qual foi em Belém transmitida pelo Governador do Pará Martinho Albuquerque, ficando assim o naturalista naquelas paragens sob as ordens de João Pereira Caldas e posteriormente em Mato Grosso, às de Luiz de Melo Pereira e Cáceres que se encontrava em Vila Bela (denominada depois Mato Grosso e atualmente Vila Bela de Mato Grosso) capital dessa Capitania desde 1772, e que ali permaneceu até 1790, visto que João Pereira Caldas não aceitara naquela ocasião a administração dessa Capitania.

Chegando a Belém ao entardecer de 21 de outubro de 1783, Alexandre R. Ferreira e seus colaboradores, mais D. Caetano Brandão e o Governador Martinho Albuquerque, somente desembarcaram na manhã do dia 22, por causa dos atos solenes a que tinham direito a autoridade civil e a eclesiástica. O Bispo e o novo Governador foram posteriormente respei-

tosos amigos do naturalista, cumulando-o de gentilezas e afeições. O próprio Alexandre R. Ferreira assinalou as qualidades do Governador Martinho de Albuquerque na análise seguinte, inserta na "Memória sobre a Classe dos Mamíferos"..., publicada pelo Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 126, volume (Zoologia — Botânica):

"Honrou-o com sua companhia na viagem de Lisboa para o Pará. Ali lhe ofereceu a honra de residir, se quisesse, no Palácio de sua residência. Sem a menor demora o expediu para a ilha Grande de Joanes [Marajó], permitindo-lhe quando voltou, a honra de acompanhar a Sua Excia. na viagem que fez ao rio Tocantins. Protegeu todas as suas dependências públicas e particulares".

"Previu as suas necessidades para a viagem do rio Negro, munindo-o de uma portaria franca para tudo quando precisasse. Ordenou que fosse construída uma canoa cômoda e decente para o seu transporte. Recolheu no seu palácio e fez acondicionar e remeter os volumes dos produtos naturais. Promoveu a Alferes dos índios, das suas povoações, dois índios: Cipriano de Souza e José da Silva por terem servido de preparadores dos referidos produtos, com a mesma habilidade e sujeição que o naturalista havia demonstrado. Tudo informou a Sua Majestade e todos os seus pedidos foram atendidos".

Além de outras pessoas, índios e soldados, que se agregariam, conforme o passar do tempo e os lugares, à Expedição Filosófica de Alexandre Ferreira, estes dois citados índios cristianizados sobressaíram-se entre os demais, como preparadores, pelo trabalho caprichoso e a lealdade nesses longos anos de viagem.

Os dois índios, Cipriano de Souza e José Silva, viajaram com Alexandre R. Ferreira para Lisboa, a fim de solicitarem recompensas à Rainha D. Maria I, pelos serviços prestados junto ao naturalista, conforme noticiava o ofício do então Governador D. Francisco de Souza Coutinho, em 5 de outubro de 1792, divulgado por Vale Cabral no volume I dos Anais da Biblioteca Nacional, 1876, página 246.

Por toda parte, nos confins da Amazônia e Mato Grosso, onde Alexandre Ferreira estacionou para as suas perquirições, encontrou sempre pessoas amigas e dispostas a ajudá-lo em suas necessidades. Assim, por exemplo, além do Governador citado e do Bispo, em Belém seu grande amigo foi o capitão Luís Pinto da Cunha, o responsável direto pelas coleções obtidas pela Viagem Filosófica, que os enviava ao Real Museu de Lisboa, com muita despesa e trabalho. Sua filha paraense Germana da Cunha e Queiroz, consorciou-se com Alexandre R. Ferreira em 25 de setembro de 1792, tendo por padrinho o Capitão-General de então, D. Francisco de Souza Coutinho. Também em Belém, teve um amigo e colaborador na pessoa do arquiteto régio, italo-lusitano tropicalizado, Antonio José Landi, naturalista amador, conhecedor da Amazônia e grande construtor de templos religiosos, palácios e casas, o que fez não só nesta capital como em vários outros lugares. Mas dentre todos, salienta-se como seu admirador e protetor o General João Pereira Caldas, Comissário Plenipo-

tenciário para a demarcação dos limites dos domínios portugueses na Amazônia. Pereira Caldas foi um homem de fibra, inteligente e muito ativo e um dos maiores servidores que Portugal manteve na Amazônia, por muitos anos. Durante algum tempo auxiliou Alexandre Ferreira em suas penosas viagens, quando sob sua jurisdição, no Rio Negro e Rio Branco.

No limiar do mundo amazônico a cidade de Nossa Senhora de Belém, então a capital do vastíssimo Estado do Grão-Pará e Capitania do Rio Negro, possuía em 1783 à chegada de Alexandre R. Ferreira, entre 10.000 a 11.000 habitantes, englobando brancos, negros escravos, índios e nativos resultantes da miscigenação das três raças. Ao chegar aqui, o naturalista baiano extasiara-se diante da magnificência da natureza amazônica, na beleza do verde caprichoso da flora e da extraordinária riqueza em espécies da fauna. Admirara-se mais ainda ao topar com uma cidade com ares europeus, temperada com os ingredientes tropicais: chuvas abundantes, calor, umidade, um cinturão de floresta e noites amenas e balsâmicas. Naquele quase fim do século XVIII, Belém estava alcançando o prestígio do período pré-independência e nesse estágio viu sentir a comunidade que se desenvolvia já com certa imponência. A cidade possuía então dois bairros, a cidade mais antiga propriamente dita (hoje Cidade Velha) e o bairro da Campina, novo, maior e mais povoado, além de um terceiro que já se delineava, o chamado arrabalde de Nazaré. Alexandre R. Ferreira encantara-se de encontrar em Belém, antes de mais nada, um notável Palácio do Governo e Morada dos Capitães-Generais, grande edifício construído pelo arquiteto Antonio Landi, uma monumental Catedral, então a maior de todo o Brasil, os conventos e igrejas do Carmo, Mercês, Santo Antonio, São José, o antigo Colégio dos Jesuítas e igreja de Santo Alexandre, as igrejas de São João e Santana construídas por Antonio Landi, sendo esta a única no Brasil em estilo italiano (quase um século depois deformada com as suas torres), além de capelas, palacetes de proprietários ricos e outros prédios menores, muitos deles erigidos pelo incomparável Landi, arquiteto profissional e naturalista amador, falecido em 1791, antes que Alexandre R. Ferreira voltasse a Belém de suas peregrinações por Mato Grosso em janeiro de 1792. Essa Belém de então, que já prenunciava em seus contornos, a grande metrópole urbana de 1.500.000 habitantes que viria a ser mais de duzentos anos depois, foi sucessivamente ocupando uma área imensa onde outrora se estendia a espessa floresta, através da qual corriam igarapés e abundava uma fauna variada, impressionando tanto o naturalista baiano que ele escreveu a "Miscelânea Histórica para servir de explicação do prospecto da cidade do Pará", datada de 19 de setembro de 1784, contendo 39 folhas manuscritas, além dos inúmeros desenhos de vistas e aspectos da urbe, estampados pelos notáveis desenhistas da Expedição. Até hoje este importante trabalho de Rodrigues Ferreira não foi publicado na íntegra, mas apenas trechos divulgados por Ernesto Cruz em sua "História de Belém", volume I, página 197.

Com a idade de 27 anos em outubro de 1783, ao pisar em Belém, Alexandre R. Ferreira defrontar-se-ia com uma tarefa gigantesca, imposta

pelo governo: fazer o levantamento científico de grandes porções geográficas da Amazônia e Centro-Oeste, da imensa possessão de Portugal na América do Sul. Embora tenha sido um trabalho imposto, objetivando pesquisa dirigida e já por isso limitada aos estritos ditames das ordens do governo a que servia como súdito leal e de confiança, o jovem naturalista em nenhum momento esmoreceu diante da longa e penosa incumbência, mesmo quando esteve em perigo de vida no rio Negro e em Vila Bela, capital da então Capitania de Mato Grosso, segundo informam os ofícios do Governador João Albuquerque Pereira e Cáceres e depois o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, divulgados por Tavares da Silva em "O Cientista luso-brasileiro Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira", Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1947, páginas 314 a 345, já citado.

Em companhia de seus auxiliares portugueses, dois desenhistas, o jardineiro-botânico e os ajudantes índios, Alexandre R. Ferreira, partiu de Belém a 7 de novembro de 1783 para estudar a Ilha de Joanes ou Marajó, visitando Monforte, Monsarás e outras Vilas, o rio e lago Arari e fazendas de gado, onde passou 29 dias, retornando a Belém a 21 de dezembro; a 15 de janeiro de 1784, percorria parte do rio Moju, Igarapé-Mirim, baía de Marapatá, rio Tocantins, visitando Cameté e subindo o rio até Alcobaça (hoje Tucuruí), regressando a Belém no dia 29 de janeiro; a 15 de fevereiro visitou a Vila do Pinheiro, (hoje conhecida como Icoaraci) furo de Maguari, onde foi fixar um sítio para aclimação do linho cânhamo, voltando a 3 de maio a Belém; no dia seguinte explorou as ilhas situadas na foz do rio Pará, como Onças, Guarapiranga, Periquitos, Jutuba, Paquetá, Nova, Cutijuba e Tatuoca até 13 desse mês, retornando a Belém; a 1º de junho, partiu daqui para explorar o canal de Carnapijô, até a baía de Marajó, voltando à Vila do Conde e Vila de Beja, onde visitou toda a região, voltando a Belém, a 19. No dia 19 de setembro, todos os membros da Expedição deixaram Belém para explorar o Amazonas e rio Negro, parando a 20 na Vila de Oeiras e rio Araticu; no dia 23 entravam no canal de Tagipuru, parando nas Vilas de Melgaço e Portel; depois entraram no Amazonas e a 2 de outubro estão em Gurupá, depois Carrazedo e Vila de Porto de Mós no rio Xingu; subiram este rio até o lugar de Vilarinho do Monte acima de Souzel, retornando a Porto de Mós a 20 e seguindo daí para o furo do rio Uruará, Curupatuba, até a foz do rio Cusari, a 8 de novembro; daí exploraram a foz do Curuá e adjacências; no dia 9 no Amazonas defronte do rio Surubiú e daí à Vila de Santarém no rio Tapajós; subiram este rio visitando as vilas de Alter do Chão, Franca, Boim, Souzel, Aveiro, demorando-se até 9 de janeiro de 1785; no dia 10, seguiram para Óbidos e depois para o sítio de Paricatuba, até o dia 25, continuando depois até a boca do rio Madeira, seguindo daí para a Vila de Serpa onde ficaram até 1º de fevereiro; exploraram essa região e encaminharam-se para a foz do rio Negro, entrando na Vila da Fortaleza da Barra (hoje Manaus), a 17 de fevereiro; após estudos nas adjacências, chegaram a Airão no rio Negro a 23 de fevereiro, daí à Vila de Moura e

depois à foz do rio Branco; do lugar Carvoeiro, subiram aquele rio até Barcelos, Capital da Capitania do rio Negro, onde chegaram a 2 de março; aí estacionaram, estudando e explorando a área até 20 de agosto; de Barcelos nesta data subiram o rio Negro até o lugar de Moreira, daí para a Vila de Tomar no dia 23; em Lamalonga estão a 1º de setembro, depois a Tapera de Santa Izabel e daí para a foz do rio Mariuá e depois vários rios; no dia 11 de setembro no lugar de N. S. do Loreto de Maçaraby; seguiram no dia 22 para o lugar de N. S. de Nazaré de Curiana e a 26 à Fortaleza de S. Gabriel das Cachoeiras; daí alcançaram a foz do rio Una-pés depois de subirem 14 cachoeiras no dia 18 de outubro; subiram o Uaupés durante 10 dias até a primeira cachoeira de Ipanoré; a 29 saíram do Uaupés e seguiram para o lugar de Sta. Ana, S. Felipe e depois o rio Içana até a primeira cachoeira; no dia 9 de novembro partiram do Içana para o lugar de N. S. da Guia e daí para a foz do rio Ixié, onde exploraram as partes baixas deste, até 14; depois seguiram para o rio Dimiti e deste à Fortaleza de S. José de Marabitanas e daí até proximidades da Serra de Cucuí; a 7 de janeiro de 1786 estava de volta a Expedição Filosófica à Vila de Barcelos.

No dia 23 de abril desse ano, a Expedição foi explorar o rio Branco, entrando no afluente Mereuni onde ficaram até 8 de maio; a 15 desse mês exploraram a foz dos rios Catrimani e Iniuni, Macajari e daí à boca do Cauamé, chegando à Fortaleza de S. Joaquim do rio Tucutu a 26; navegaram este rio até a foz do Maú onde exploraram até a quarta cachoeira; entraram depois no rio Surumu, navegando-o um dia de viagem onde desembarcaram, continuando a exploração pelas campinas do rio Branco até a Serra dos Cristais, durante 9 dias, retornando após ao forte de S. Joaquim em julho; a 11 desse mês partiram para o rio Uraricoera, navegando-o até o riacho Caya-Caya, então limite com as possessões espanholas, de onde a 20 de julho retornaram para a Vila de Barcelos, chegando a 3 de agosto de 1786.

Em 1º de março de 1787, parte da Expedição foi explorar o rio Aracá, onde passaram todo esse mês enquanto a 20 de maio, outra parte da Expedição seguiu para o rio Solimões (alto Amazonas) até próximo à Vila de Ega (hoje Tefé), pois aí se encontravam os espanhóis com o seu Comissário plenipotenciário, para as demarcações de limites; a 7 de agosto retornaram à Vila de Barcelos, onde Alexandre R. Ferreira aproveitou o espaço de 1 ano, aí estacionado, para explorar detidamente a região e escrever as suas monografias zoológicas, botânicas, geográficas, etnográficas, históricas, etc.

Depois de receber veemente ordem que lhe dirigiu o Ministro Martinho de Melo e Castro, para passar ao rio Madeira, a Expedição movimentou-se a 27 de agosto de 1788 para este rio, chegando a 7 de setembro a sua foz; navegando o furo do Autaz e a 15 a foz do rio Aripuanã, alcançaram o rio das Araras a 22, visitando-o também por 23 léguas; no dia 28 viajaram até o rio Manicoré, explorando-o; continuaram no Madeira, navegando-o até o rio Machado, daí ao Januari e deste à primeira

cachoeira de Santo Antônio; depois seguiram até o rio Beni e deste passaram ao rio Mamoré; exploraram após o rio Guaporé, navegando-o até o Forte do Príncipe da Beira; daí viajaram rio acima até o rio Verde e deste à Vila Bela, capital da antiga Capitania de Mato Grosso.

Alexandre R. Ferreira explorou a região de Vila Bela até 25 de fevereiro de 1789, quando então a Expedição partiu para uma jornada por terra à Serra de S. Vicente; exploraram depois todos os arraiais na Serra da Bocaína, retornando à Vila Maria, visitando sítios e arraiais, retornando a Cuiabá; a 10 de janeiro de 1791 a Expedição partiu para explorar a área mineira do arraial de S. Pedro de El Rei, ao sul de Cuiabá e depois o Arraial da Chapada na Serra de S. Jerônimo, até 26 de fevereiro, voltando a Cuiabá; a 17 de março saíram desta Vila descendo o rio Cuiabá até o rio S. Lourenço, depois navegaram-no até sua boca com o rio Paraguai e deste, até o lugar de Albuquerque; partiram daí a 30 de março, descendo o rio até a boca do Taquari e daí até o rio Mondego, depois o Morro do Albuquerque e deste ao Presídio de Nova Coimbra; visitaram a Serra do Letreiro e depois as lagoas da Guaíba Grande, Merim e Uberaba; seguiram após para o Morro do Escalvado e deste ao Morro do Jauru; daí navegaram o rio Jauru até a Serra da Invernada e deste à foz do rio Agua-peí; deste rio foram ao lugar denominado Registro, onde depois davam por concluídas as explorações nestas paragens, recolhendo-se os expedicionários à Vila Bela a 26 de junho de 1791.

No dia 3 de outubro, a Expedição de Alexandre R. Ferreira deixava Vila Bela e pelos mesmos caminhos de ida, voltaram para Belém, onde chegaram a 12 de janeiro de 1792. Ao retornar para a Capital do Grão-Pará, Alexandre R. Ferreira deve ter deparado com algumas modificações na cidade, visto que dela se ausentara em setembro de 1784, portanto 7 anos de afastamento. Alguns de seus amigos tinham deixado Belém, ou por desligamento de funções ou por morte, como foi o caso do Capitão-General Governador Martinho de Souza e Albuquerque, substituído a 15 de junho de 1790 pelo Governador Capitão de Fragata D. Francisco de Souza Coutinho e também o de um de seus protetores, o General João Pereira Caldas, ex-Plenipotenciário das demarcações de limites no Alto Amazonas, que se retirava doente para Portugal, ao mesmo tempo que o Bispo Caetano Brandão, um de seus amigos, deixava o Bispado do Pará a 9 de agosto de 1789, para ir assumir o Arcebispado Primaz de Braga, Portugal, eleito que fora pela Rainha D. Maria I e depois confirmado pelo Papa. Antes porém de viajar, nomeou para governador do Bispado o Arcipreste Padre Dr. José Monteiro de Noronha, que já exercia as funções de Vigário Geral. O ilustre e culto Arcipreste veio entretanto a falecer a 15 de abril de 1794. Além destes, Rodrigues Ferreira sentira também a ausência do seu muito conhecido e amigo Antonio José Landi, o arquiteto régio falecido em 1791, depois de ter legado à Amazônia e em especial a Belém o seu trabalho monumental na edificação de palácios, igrejas, conventos, prédios notáveis além da sua interessante e pioneira obra manuscrita e iconográfica sobre a fauna e flora da região. Dos muitos dissabores

por que passaram os membros da Expedição Filosófica, o mais sério foi que todos adoeceram gravemente, tanto os desenhistas Codina e Freire como o próprio Alexandre R. Ferreira, escapando por pouco de morrerem. Porém o jardineiro botânico Agostinho José do Cabo, não resistindo às moléstias faleceu nos braços do naturalista em Vila Bela, Mato Grosso, a 9 de outubro de 1789. A Viagem Filosófica ficou concluída ao retornar a Lisboa a 12 de janeiro de 1793, com Rodrigues Ferreira e alguns de seus componentes vivos.

Nesses 9 anos de intensa labuta, desenganos, aborrecimentos e assaltado por moléstias violentas, ao ponto de quase sucumbir em Vila Bela, Alexandre Ferreira teve também momentos de satisfação e encantamento ao contato íntimo com a natureza virgem amazônica. Pesquisara a flora, a fauna, os minerais e os índios bravios, como nenhum homem de ciência europeu o fizera antes. Ele olhara tudo com a visão de um cientista, de um naturalista filósofo, e não mais como a de um leigo ou amador. Alexandre R. Ferreira era, pois, em 1792, um novo desbravador da Amazônia, que estendeu e desvendou conhecimentos sobre esta natureza portentosa. Um pioneiro, um bandeirante a serviço da Ciência no esmaecer do século XVIII. Acima de tudo, Alexandre Ferreira foi um modelo de cientista, perquiridor arguto da natureza em seus mínimos detalhes, incansável explorador, disciplinado em obedecer a ordens e também em transmiti-las aos seus subalternos.

Com referência a este espírito de disciplina e obediência, que era nato no humilde naturalista baiano, encontramos estampados em officios e cartas a seus superiores em Belém e Lisboa, tratando de assuntos profissionais e particulares. Muitos desses documentos já foram publicados por historiadores portugueses e brasileiros que trataram da vida do naturalista.

Há uma carta de Alexandre Ferreira dirigida ao referido Ministro Martinho de Castro, daqui de Belém, e com a data de 6 de fevereiro de 1792, que exemplifica aquela disciplina de súdito leal e respeitoso, onde esclarecia:

“Eu, que, como já disse, me não farto de admirar esta nova face, que vão levando as coisas como estas, e outras observações, irei enchendo o meu tempo, até chegar a charrua, em que, não vindo ordem em contrário, devo regressar a esta Corte”.

“Porque suposto, que em carta de 16 de abril de 1790, supliquei a V. Excia, a necessária licença, para beijar as mãos de meus pais; vez que ainda no caso de se dignar V. Excia. deferir a ela, já agora me não acho nos termos de me aproveitar dessa graça. Pois que a esta cidade não chegam sumacas [pequena embarcação de transporte] da Bahia si não de agosto por diante e como nem eu cheguei a esse tempo, nem V. Excia. até então insinuou as suas ordens, mais fácil me fica sendo, recolher-me a essa Corte, do que esperar nesta cidade pelas sumacas da Bahia”.

Vê-se, pois, que Alexandre Ferreira não pedia, ele suplicava para visitar a sua velha cidade de Salvador e abraçar os seus pais, que, diga-se

de passagem, nunca mais o fizera desde que se fixara em Portugal, até sua morte em 1815.

Na realidade existe documentação apresentada pelo Professor Tavares da Silva, já citada, publicada no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1947, p. 348, onde se verifica que Alexandre Ferreira muito aborrecido em Lisboa, depois de seu retorno, com a intriga e a burocracia, solicitava ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, melhoria de cargo e vencimentos. Conseguiu algumas dessas solicitações, como a de ser nomeado em 1795 vice-diretor do Real Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico e encarregado da administração das Reais Quintas de Bemposta, Caxias e Queluz. Sem o solicitar foi nomeado Selador da Alfândega de S. Luís, Maranhão, sem lá ter assumido o cargo, apenas, com o fim de aumentar as rendas do naturalista brasileiro. Certos autores, como é o caso de Vale Cabral, Emilio Goeldi e Corrêa Filho, afirmaram que ele solicitara também o mesmo cargo na Alfândega de Pernambuco. De fato, se a documentação for verdadeira, o naturalista teria feito tal solicitação ao regente D. João, provavelmente entre 1799 e 1800, a fim de melhorar-lhe mais a renda mensal, já que o cargo de Secretário da Alfândega de Pernambuco era bem remunerado. Vale Cabral no trabalho que esboçou sobre o naturalista, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. I, página 239, teria sido o primeiro autor a referir este pedido do emprego com o título “Memorial do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, dirigido ao príncipe Regente D. João, pedindo o officio de Secretário da Alfândega de Pernambuco, que estava a vagar”. O naturalista baiano informava ao Regente que toda a herança recebida pelos pais esgotara-se e o que percebia do governo, cerca de 700 mil réis, mal dava para prover a sua família e nestas circunstâncias não teria mais condições dignas de servir a S. Magestade. Vale Cabral não publicou todo o Memorial, mas Corrêa Filho, o deu por inteiro na obra “Alexandre Rodrigues Ferreira”, Coleção Brasileira, S. Paulo 1939, página 219. Emilio Goeldi, no seu “Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira”, Belém, 1895, página 15, parece que confundiu a solicitação do cargo pelo naturalista, quando explicou que por “razões que se furtam a nossa pesquisa, procurou o Dr. Alexandre R. Ferreira mudar-se para a Amazônia, depois de pouco tempo. Lembro-me ter lido um requerimento em que ele pede ser nomeado para um lugar na Alfândega de Pernambuco...”. Goeldi achou tal pedido estranho e não entendeu bem a coisa, porque não situou no tempo certo o tal Memorial, pois que apenas se lembrava de o ter visto. Já se vê que pelas ordens recebidas pelo Ministro Martinho de Castro para levar a cabo a Expedição Filosófica, Alexandre R. Ferreira não teria a audácia, de ainda em Belém, solicitar outro emprego, sem antes dar conta daquele que estava incumbido e aí está um exemplo de sua disciplina leal, além de cumpridor de seus deveres. O certo é que a função de Secretário da Alfândega de Pernambuco não lhe foi presenteada, mas em troca deram-lhe naquele mesmo ano de 1800, o cargo de Selador da Alfândega do Maranhão, decerto menos rendoso, como já citado antes.



Outro acontecimento importante que ocorreu com o naturalista, quando se encontrava na Amazônia, foi uma severa repreensão do Ministro Martinho de Melo e Castro, aliás injustificável pois desconhece-se o motivo fundamental disso, considerando-se que o mesmo Ministro era amigo e protetor de Alexandre Ferreira, pelo menos era a opinião do próprio naturalista. A primeira referência cáustica a esta reprimenda foi feita por Antonio Ladislau Baena nos seus livros "Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará" e "Compêndio das Eras da Província do Pará", ambos editados em Belém, em 1839 o primeiro, e em 1838 o segundo. Parece que Baena não nutria qualquer simpatia pelo naturalista baiano, pois nos dois livros onde a ele se refere é sempre em tom de crítica e certo menosprezo, talvez porque olhasse as pessoas e coisas pelo ângulo da subalternidade militar, pois naqueles anos citados era Major do Exército brasileiro, mas antes da independência havia sido um leal soldado do regime lusitano.

O comentário mais encrespado de Baena contra Alexandre Ferreira está contido no "Ensaio Corográfico..." às páginas 33 e 34, onde ao referir-se acerca da Expedição Filosófica, diz que a mesma não devia "limitar-se ao mero alcance dos produtos mais comuns ou mais fáceis de encontrar, mas sim escutar com obstinada curiosidade os incógnitos portentos da natureza e depois divulgar uma notícia dos despojos das florestas por ela colhidos... gastou três anos em pequenas pesquisas botânicas e deu-se por concluída asseverando que não havia mais a examinar. Martinho de Melo e Castro da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos em Aviso de 31 de outubro de 1787 lhe estranhou a demora no Rio Negro debaixo de pretexto de esperar ordens do Ministério, sendo certo que as operações de um filósofo botânico deviam esperar por direções tão dilatadas para se determinar no que haviam de fazer em cumprimento da sua obrigação". Assevera Baena ainda que o Ministro notou-lhe "não só a negligência no ensaiar a plantação da semente de linho-cânhamo e da Teca, mas também a remessa que lhe fizera tão-somente de alguns peixes, plantas achadiças e alguns pássaros, todos perdidos, não podendo deixar de haver muitos fenômenos extraordinários ou anteriormente não observados, e outras muitas plantas, que certamente seriam erborizadas por quem com mais cuidado e paciência as esquadrinhasse. Nestes termos mandou que aquele investigador da natureza passasse ao Rio Madeira, e que em toda a extensão do seu curso explorasse minas e mais produções... etc.". Este Aviso de 1787 de fato existe e está citado no texto de Baena. Mas, por que assim procedeu o Ministro, ninguém sabe; provavelmente por intrigas mesquinhas e vis dos inimigos do naturalista que contra ele urdiam. Alexandre Ferreira, ao receber repreensão tão injusta, atormentou-se e procurou logo defender-se, escrevendo, dos confins da Amazônia, ao Ministro Martinho de Castro e comunicando o caso a seu amigo e protetor, General João Pereira Caldas.

A 11 de fevereiro de 1788, da Vila de Barcelos, o naturalista escreveu ao Ministro assim: "Recebi com o mais profundo acatamento a Repreensão que V. Excia. se dignou dirigir-me, em data de 31 de outubro do ano

próximo passado e não sentindo eu outra coisa mais do que a desgraça, que tendo de haver incorrido no desagrado de V. Excia. o meu primeiro e único protetor nessa Corte, passo a significar a V. Excia. que reconhecendo bem a condição de súdito que sou de V. Excia. não trato de me desculpar na sua presença, porque a V. Excia. toca a mandar e a mim a obedecer". Em seguida, Alexandre Ferreira dá as razões de seu trabalho em toda a extensão do rio Negro e rio Branco, cujo resultado disso foi o Diário da Viagem Filosófica da Capitania do rio Negro, contendo 13 participações e mais nove Memórias sobre os índios, a da indústria das cuias, das tartarugas, dos peixes-bois, do pirarucu, da louça, das tabocas, da marinha interior, das observações médicas, astronômicas, políticas e filosóficas, além de 142 volumes de coleções e 565 desenhos, terminando a carta dizendo que depois do Ministro verificar tudo isso "me não reputará tão-somente um simples curioso". Todo esse material foi enviado a Lisboa pelo General João Pereira Caldas em 9 de outubro de 1788.

Depois disso, o Ministro Martinho de Castro, naturalmente já conhecedor da verdade, enviou uma carta ao naturalista datada de 30 de novembro de 1788, na qual transparecia o equívoco em que laborou contra o seu servidor, esclarecendo que depois de ter recebido os trabalhos e coleções "e particularmente pela sua obra de História Natural, vejo que V. Mecê, tem empregado muito bem o seu tempo nas viagens que tem feito nesses remotos países e que os tem visto com olhos de um exato e judicioso observador..." e concluía que o naturalista seguisse as ordens do Governador de Mato Grosso, João de Melo Pereira e Cáceres, para onde devia viajar pelo rio Madeira. Esse distinto governador de Mato Grosso, Pereira e Cáceres, foi naquela Capitania um dos grandes benfeitores de Alexandre Ferreira, especialmente quando em Vila Bela, Capital de Mato Grosso, onde quase morreu de doenças desconhecidas, salvou-lhe a vida, o socorro solícito do Governador.

Como já expusemos antes, é quase certo que o Governo Português não tinha interesse em publicar as pesquisas elaboradas por Alexandre R. Ferreira, pois as mesmas serviriam apenas para o conhecimento das próprias autoridades governamentais, embora, segundo alguns, certas informações e desenhos seriam impressos, principalmente os que dizem respeito à história natural, aos índios e à geografia, como esclareceu Pinheiro Chagas, historiador português, já citado em sua obra sobre os descobrimentos portugueses e suas explorações, editado em 1890, informando que o Governo já havia contratado em 1794, um artista gravador, com aperfeiçoamento na Inglaterra, para preparar as estampas da Viagem Filosófica a serem impressas.

Muitos autores preocuparam-se em dissertar sobre a vida e a obra de Alexandre R. Ferreira, desde o acadêmico e colega do Naturalista Manuel Costa e Sá, na Academia Real das Ciências de Lisboa, que em 1818, leu o "Elogio do Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira", depois impresso na revista da mesma Academia nesse ano, até o mais recente que é o Dr. José Cândido de Melo Carvalho, ex-diretor do Museu Emílio Goeldi, ex-

diretor do Museu Nacional e ex-Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, atualmente pesquisador zoológico do Museu Nacional e grande propagador da memória e das obras do desventurado cientista lusobrasileiro. De sua autoria, em meados de 1984, o Museu Paraense Emílio Goeldi publicou o trabalho "Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793). Uma síntese no seu Bicentenário", 80 páginas.

Aos especialistas não tem sido fácil analisar intrinsecamente a obra vasta e enciclopédica de Alexandre Rodrigues Ferreira, como naturalista filósofo, de formação acadêmica então vigente na época e de modo geral nas universidades européias, cujo curso englobava todos os conhecimentos de Humanidades, além da língua latina, grega, matemática e filosofia natural, como já discutimos no início deste ensaio.

Seguindo à risca o que preceituava o Aviso de 20 de agosto de 1783, o naturalista encarregado da Viagem Filosófica, teria forçosamente de se desdobrar em todos os ramos das ciências naturais, históricas, geográficas, etnográficas, meteorológicas, mineralógicas, agrícolas, políticas, medicina tropical e outros assuntos correlatos, pois que o seu temperamento o inclinava à curiosidade científica. Convenhamos que a multidão de fatos e assuntos a pesquisar, para um homem só, era demasiadamente impossível. Impossível ou quase impossível, mas Alexandre Ferreira o realizou, ora bem em muitos casos, ora deficientes em outros, apesar da idade (pois em 1783, tinha não mais que 27 anos) e de toda a sorte de atropelos que teve de enfrentar, contra a própria natureza selvagem amazônica, a interminável e enfadonha burocracia, a má vontade de uns, a indolência de muitos e as doenças terríveis que contraiu nesses anos de exploração. Levando em conta tudo isso, a sua obra, auxiliada pelos desenhistas Codina, Freire, o preparador Joaquim do Cabo e os dois índios ajudantes, é extraordinariamente fabulosa no aspecto iconográfico e nos textos que redigiu, muitas vezes com minúcia. As suas explorações na Amazônia e Mato Grosso, englobaram, a grosso modo, mais de 39.000 quilômetros de extensão, conforme calculou Glória Marly Fontes, uma das recentes investigadoras do naturalista baiano no livro "Alexandre Rodrigues Ferreira (aspectos de sua vida e obra)" Manaus, INPA, 1966, página 41, o que daria para fazer quase a volta à Terra na linha do Equador. A obra iconográfica é tão vasta, assim como os manuscritos e as coleções enviadas para Lisboa, de 1783 a 1793, que até hoje ninguém conseguiu reunir, ou pelo menos avaliar em sua totalidade, por razões diversas ocorridas ainda em vida do naturalista, os quais foram dispersos ou saqueados, durante a sua ausência de Lisboa e mais particularmente na época da invasão dos exércitos napoleônicos em Portugal, na primeira investida de 1808. Também está ainda longe o dia em que os especialistas possam analisar detidamente todos os manuscritos do naturalista e mais ainda de publicá-los, juntamente com dezenas de estampas igualmente inéditas. Por outro lado, existem muitos escritos atribuídos a Alexandre Ferreira e até publicados pelo Conselho Federal de Cultura em 1972, em especial os de animais, que em ver-

dade não são dele. Antes da chegada do naturalista a Belém, aqui existiam pessoas interessadas em animais e plantas da região, mais particularmente, ao tempo do Capitão-General Governador do Grão-Pará e Rio Negro (1772-1780) João Pereira Caldas. Há indícios de que o próprio Pereira Caldas possuía um gosto especial de amador pelas plantas e animais, muitas vezes rascunhando informes sobre os mesmos, enviando-os ao Real Museu da Ajuda e Jardim Botânico em Lisboa, acompanhados sempre de espécimes vivos ou conservados, em peles ou meio líquido. Existiam sempre, por outro lado, ordens e solicitações do Governo Português, principalmente à época da administração do Marquês de Pombal, dirigidas aos Capitães e Generais neste sentido, como se pode constatar ao consultar a correspondência entre as autoridades de Lisboa e os Governadores do Pará, publicados nos Anais da Biblioteca e Arquivo Público deste Estado, além dos documentos inéditos.

Outra pessoa que se encarregava de atender pedidos era o Capitão Luiz Pinto da Cunha, com cuja filha, Germana, o naturalista baiano se casou, o qual foi o responsável remetente durante 9 anos para Lisboa das coleções obtidas pela Expedição Filosófica. Pode-se ainda referir ao arquiteto e naturalista amador Antonio Landi, que também muito curioso pela fauna e flora amazônicas, elaborara entre os anos de 1750 a 1770, a obra manuscrita e iconográfica redigida em italiano, com o título "Descrizione di varie piante. Frutti, animali, etc. dela Cappitania del Gram Pará". O original iconográfico de Landi conservado na Biblioteca Municipal do Porto, Portugal, constituiu-se de estampas belamente coloridas e na quase totalidade apresentando as figuras de animais e plantas bem delineados e fiéis ao natural. Landi pintava os animais e plantas, com exemplares diante dele, vivos ou mortos. As plantas são apresentadas, ora inteiras, ora apenas um ramo, mas contendo, quase sempre folhas, flores, frutos e brácteas. Sobre este trabalho de Antonio Landi encontra-se a análise exposta pelo pesquisador Civaldo Cunha, em Augusto Meira Filho, "Landi, esse desconhecido (o naturalista)", Conselho Federal de Cultura, Rio, 1976. Landi e também um seu colega, desde a fase das demarcações de limites de 1753 e em anos posteriores, de nome João Manoel Rodrigues, Capitão do Exército, interessaram-se desde cedo pela natureza amazônica, em especial a cultura de plantas nativas e a aclimação de árvores exóticas (como a manga, jaca, fruta-pão, etc.), os quais fizeram experiências em suas rocinhas de Belém. Com certeza eram também remetentes de exemplares da fauna e flora regional para o Museu da Ajuda em Lisboa.

As primeiras abordagens científicas da vida e obra de Alexandre R. Ferreira foram feitas por dois grandes zoólogos, ainda no século XIX. O primeiro foi o Dr. José Vicente Barbosa du Bocage, famoso herpetólogo português do Museu de Lisboa, através de um pequeno livro com título "Instruções práticas sobre o modo de coligir, e remeter produtos zoológicos para o Museu de Lisboa", 1862, no qual se refere ao material das coleções de Alexandre Ferreira, saqueados pelo inescrupuloso zoólogo fran-

cês Etienne Geoffroy St. Hilaire, por ordem do General Junot, assim constante: coleções zoológicas 1.583 exemplares; coleções mineralógicas e fósseis, 69 peças; coleções botânicas, 10 herbários dos quais 1.114 espécimes de plantas amazônicas e outras extra-regionais; dezenas de manuscritos e estampas desenhadas. O outro zoólogo foi o Dr. Emilio Augusto Goeldi, que antes de vir a ser Diretor do Museu Paraense, já se interessava, em 1886, no Rio de Janeiro, sobre a então esquecida figura de Alexandre Ferreira, publicando no *Zoologischen Jahrbücher de Jena*, 1886 vol. 2, p. 175 — 184, uma análise sobre o material zoológico do naturalista luso-brasileiro. Goeldi incansavelmente, continuou reunindo mais elementos no Museu Nacional e Biblioteca Nacional para elaborar em português, ainda no Rio, o estudo famoso que acabou sendo impresso em Belém, já como Diretor do Museu Paraense, o "Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira" publicado em 1895, volume bem impresso com 110 páginas. Esta obra tornou-se raríssima, pois foi impressa especialmente para a Exposição da Feira de Indústria e Cultura do Pará, naquele ano, promovida pelo Liceu Benjamin Constant e Governo do Estado, sendo feitos apenas 500 exemplares com amostra preliminar. Goeldi tencionava fazer a segunda edição mais popular e em maior número, mas jamais conseguiu isso. Aliás, um pouco antes Goeldi publicara um sumário desta obra com o título "Algumas notícias sobre a vida de Alexandre Rodrigues Ferreira", na *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, V. I. n.º 3, pp. 123 a 231, 1894.

O ensaio de Emilio Goeldi, em nossa opinião, é o mais importante de todos porque foi elaborado por um cientista estrangeiro, zoólogo, etnólogo e arqueólogo de fama internacional, o qual com profunda sinceridade e desdém do comum pieguismo latino-americano, colocou no contexto da ciência internacional, não apenas o nome do maior explorador das vastidões brasileiras, como o de um autêntico cientista de múltiplas faces do final do século XVIII, como pioneiro entre os maiores. A importância do trabalho de Goeldi é maior ainda porque além de divulgar o valor da obra do naturalista baiano aos brasileiros, o fez também ao mundo científico europeu. Goeldi nunca teve simpatias pelos franceses, talvez por questões raciais e políticas, obviamente, pois que sua origem era germânica, e neste livro não economizou vocabulário para desmascarar os cientistas franceses envolvidos no saque ao espólio de Alexandre Ferreira. Às vezes Goeldi é bastante irreverente e injusto, com certas críticas, ao Governo da então Rainha D. Maria I de Portugal e depois ao regente D. João, mais tarde rei, pelo suposto descaso imposto ao desventurado naturalista baiano. Na realidade, não foi tanto quanto Goeldi pensava, pois documentação posterior e estudos mais seguros ajudaram a desmentir muitas dessas críticas, as mais das vezes infundadas. De qualquer modo, o Dr. Emilio Goeldi ligou definitivamente a figura de Alexandre Ferreira ao Museu Paraense, por uma razão fundamental, pela qual esta instituição (formalizada em 6 de outubro de 1866, por um outro Ferreira, Domingos Soares Ferreira Penna, também geógrafo, arqueólogo, historiador, explorador, jornalista, etc.) viesse a se tornar a herdeira espiritual distante daquelas sin-

ceras e profundas aspirações que Alexandre Ferreira nutria pela Amazônia.

Após 17 anos de completo silêncio sobre Alexandre Ferreira, em 1833 o Governo Português resolvera dar publicidade aos escritos monográficos e desenhos do falecido naturalista baiano, incumbindo desta tarefa a Academia Real das Ciências de Lisboa, sob as vistas do acadêmico Manuel da Costa e Sá. Acerca deste projeto, escreveu o Prof. Tavares da Silva em "O cientista luso-brasileiro, Dr. Alexandre R. Ferreira" no *Boletim da Soc. Geog. de Lisboa*, 1947, página 171:

"Com efeito, em 22 de agosto seguinte dava Costa e Sá conta do seu parecer sobre a questão apresentando o projeto de sistemização dos trabalhos referidos e alvites sobre a maneira de levar a efeito a sua publicação, tudo acompanhado de análise perfunctória, sem dúvida, mas interessante".

Ali afirma também que "... a publicação dos trabalhos do Sr. Dr. Alexandre, por todos os lados por onde os queiram considerar, são do maior interesse científico, e para o Império do Brasil ainda a este outro muito importantes, econômica e politicamente considerados". E continua: "A Academia dedicando-se a semelhante empresa dará mais um testemunho do seu desvelo a bem das Ciências. Os governos da nossa Augusta Fundadora, e do Sr. D. João VI, de saudosa memória, bem se convenceram da utilidade e crédito, que para a Nação Portuguesa resultam da publicação desta viagem não obstante quando razões políticas pareciam recomendar toda a reserva na publicação das Memórias concernentes a vários pontos do Brasil, razões que tanto para nós como para o Brasil, totalmente hoje desapareceram".

Em 1840, fizeram-se sondagens ao Governo Imperial do Brasil, através do então Ministro plenipotenciário, Antonio Vasconcelos de Drumond, sobre a possibilidade de Portugal e Brasil arcarem com as despesas de publicação da obra de Alexandre Ferreira. O Ministro que era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depois que tivera a autorização do Governo, concluiu que o Brasil receberia tudo o que fosse possível congregado da obra do naturalista, então já esparsa aqui e ali, cedida por Portugal, para encarregar-se sozinho da publicação dos manuscritos e das estampas. Em 1843, informava ainda Tavares da Silva, obra citada, página 174, o Ministro do Reino de Portugal, Costa Cabral, Conde de Tomar, autorizava por portaria que o Real Museu de Lisboa entregasse ao representante diplomático do Brasil o espólio de Alexandre R. Ferreira. Vasconcelos de Drumond deveria ter recebido 1.348 artigos manuscritos, mas assim não aconteceu pois muitos destes e das estampas, haviam tomado outro rumo, indo ter às mãos de particulares, tanto em Portugal como no Brasil.

Supõe-se que um inventário completo das obras do naturalista baiano nunca existiu e pelo visto nenhum foi feito por ele mesmo. Alfredo Vale Cabral, minucioso bibliógrafo da Biblioteca Nacional, intentou fazer o inventário das obras de Alexandre Ferreira que se encontravam então

na referida Biblioteca e daquelas que foi possível arrolar em mãos de particulares, publicando afinal o resultado nos Anais da Biblioteca, volumes 1, 2 e 3/1876-1879, notas que não foram terminadas. Este trabalho de Vale Cabral, foi a primeira importante abordagem analítica das obras do naturalista brasileiro.

Neste século, dentre os muitos autores que estudaram ou comentaram, ora mais, ora menos desenvolvidamente, a vida ou as obras de Alexandre R. Ferreira, podemos citar os seguintes: Na Biografia: Virgílio Corrêa Filho "Alexandre R. Ferreira", coleção Brasileira, 144, 1939, 231 pp.; Carlos França, "Doutor Alexandre R. Ferreira (1756-1815) História de uma Missão científica ao Brasil no século XVIII", Boletim da Sociedade Broteriana, vol. 1, 1922, pp. 1-65; A. Tavares da Silva, "O cientista lusobrasileiro Dr. Alexandre R. Ferreira, notas para seu estudo", Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 3, 4, 5 e 6, 1947, pp. 117-188 e 279-357; Arthur César F. Reis, "A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre R. Ferreira", Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa, 1957, pp. 323-336; Glória Marly Carvalho Fontes, "Alexandre R. Ferreira, aspectos de sua vida e obra", Cadernos da Amazônia, INPA, vol. 10, 1966, 96 pp.; José Cândido de Melo Carvalho, "Viagem Filosófica de Alexandre R. Ferreira", prefácio às Memórias de Antropologia, Zoologia e Botânica, 1972 e 1974, Conselho Federal de Cultura; Carlos Moreira Neto, "Introdução à Viagem Filosófica ao Rio Negro", edição Museu Emilio Goeldi e CNPq, 1982, pp. 13-42. Na Zoologia: Alípio de Miranda Ribeiro, Cândido de Melo Leitão, Cory Teixeira de Carvalho, Olivério Pinto, João Moojen, José Veríssimo de Mattos. Na Botânica: Luiz Emídio Filho, Guimarães Ferri, J. J. Wurdack. Na Antropologia: Roquete Pinto, Eduardo Galvão, Carlos Moreira Neto, Padre Alcionílio da Silva. Na Geologia: Emmanuel Martins. Na Geografia: João Ribeiro Mendes, José Veríssimo da Costa Pereira, este geógrafo do IBGE, escrevendo em "As Ciências no Brasil", dois volumes, 1955, São Paulo, afirmou que "Alexandre Ferreira foi no século XVIII, o cientista de maior expressão geográfica no Brasil". Na Medicina: Olympio Ribeiro da Fonseca, Lycurgo Santos e Penna de Carvalho.

Em 1808, quando as coleções zoológicas e botânicas foram confiscadas de Lisboa e transportadas para o Museu e Jardim das Plantas de Paris, este material foi de imediato estudado, descrito e publicado pelos seguintes naturalistas franceses: zoólogos, o próprio confiscador E. Geoffroy St. Hilaire, Ducrotay de Blainville, Achille Valenciennes, Louis Vieillot, Georges Cuvier e Alexandre Humboldt; botânicos Aimé Bonpland, companheiro de Alexandre Humboldt nas explorações à América espanhola em 1799-1804, A. de Candolle, Naudin, Cogniaux e outros.

Alexandre R. Ferreira, depois da espoliação e saque de que foi vítima, não mais teve sossego e desde 1808 a 23 de abril de 1815, quando faleceu, passou o resto da vida em completa apatia pela existência, desventurado e com psicose progressiva, apesar da assistência, desvelada da esposa, dos filhos e dos médicos. Morreu sem ver qualquer manuscrito publicado, enfim todo o trabalho de 10 anos de sua vida, atirado ao esqueci-

mento, e o pior, disperso aqui e ali, sem serventia, exceto o material que foi levado e depois estudado pelos naturalistas franceses, e de fato publicado. Mais tarde uma pequena parcela do espólio voltou a Portugal. Ao Brasil, como vimos, veio apenas um lote dos manuscritos e das estampas.

O Dr. César Reis, em recentes artigos sobre Alexandre R. Ferreira, entre os quais o que publicou como apresentação à obra iconográfica do naturalista, através do Conselho Federal de Cultura em 1972, admite que não teria havido saque por parte dos franceses ao material científico da Viagem Filosófica, quando da invasão dos franceses em 1808, mas apenas empréstimo entre instituições ou troca de peças por outras. Ora, todos sabem, historiadores e pesquisadores, portugueses, brasileiros e de outras nacionalidades que houve roubo, rapina de Geoffroy St. Hilaire quanto ao material amazônico e de outras regiões coletado por Rodrigues Ferreira, pelo botânico J. Veloso e outros naturalistas do século XVIII. Durante as duas invasões francesas em Portugal, 1808 e 1809, os soldados de Napoleão I saqueavam e matavam por toda parte onde passavam. Roubavam obras de arte para Museus franceses, visando principalmente os objetos de ouro provenientes do Brasil e até túmulos foram profanados e quebrados, em especial os dos Reis e nobres de Portugal. Todos os historiadores falam disso e quem quiser certificar-se é só visitar aquele país e verificar o resultado dessas vis ocorrências, que em muitos lugares ainda se encontram como prova da ação vandálica, conservada às gerações futuras, como o autor deste ensaio teve oportunidade de ver em 1970, quando visitou Portugal.

Alexandre R. Ferreira foi um fiel vassalo da coroa portuguesa, nascido no Brasil. Ele considerava o espaço brasileiro perfeitamente integrado ao universo português, portanto o seu pensamento, como o das autoridades e o da maioria dos contemporâneos, não admitia outra nacionalidade (como brasileiro, angolano, goês, caboverdeano, etc.) pois todos eram súditos da Nação Portuguesa. Com esse espírito enraizado, Rodrigues Ferreira foi, acima de tudo, ardoroso patriota do mundo português e leal defensor de sua Majestade a Rainha D. Maria I e depois em 1792, do Príncipe Regente D. João, que substituiu a mãe transtornada das faculdades mentais. A revolução Francesa de 1789, que derrubara o Rei e o antigo regime, não foi admitida pelos portugueses do tempo de Alexandre Ferreira e nem por ele mesmo. Como muitos, o naturalista brasileiro repudiava a prepotência e o imperialismo napoleônico, que já em 1801, iniciava o seu devastador infortúnio às nações européias e que em poucos anos se tornaria uma realidade de males e destruição avassaladores.

Quando Alexandre Ferreira chegou a Belém em janeiro de 1792, de volta de sua Expedição Filosófica, ele já encontrou aqui uma situação cheia de tensão em vista da Revolução popular na França, e aqui, na América do Sul, por ter sido a Guiana Francesa, desde os tempos da conquista, um foco de constantes atritos pelos domínios de fronteira entre Portugal e aquela nação. Os franceses insistiram sempre, por via das armas ou diplomáticas, a reivindicação das extensas terras do Cabo do Norte (hoje Estado

do Amapá). Por outro lado, os portugueses mantiveram sempre o ponto de vista legítimo, ora por bem, ora pela força também, de que o limite das suas possessões estava estabelecido no rio Oiapoque (ou de Vicente Pinzón).

Em 1792, o então Governador Capitão-General D. Francisco de Souza Coutinho enviou para o litoral do Amapá e rio Oiapoque uma esquadra de cinco barcos, bem armados de canhões e tropa, para prevenir qualquer surpresa dos franceses, ao mesmo tempo que fortificava todas as adjacências de Belém e reforçava os fortes e redutos. É em abril de 1792, nesta capital, que Alexandre Ferreira, incitado pelo seu patriotismo e possivelmente por conveniência e solicitação do Governador Souza Coutinho, escreveu a Memória pela defesa das terras do Amapá, intitulada "Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte, pela Coroa de Portugal. Deduzida dos Anais Históricos do Estado do Maranhão; e de algumas Memórias e documentos, por onde se acham dispersas as suas provas". Iniciava o seu trabalho, reafirmando veementemente que "as terras do Cabo do Norte, situadas entre o rio Amazonas e o Oiapoque ou de Vicente Pinzón, são privativas da Coroa de Portugal, como exuberantemente se mostra de Direito e de Fato".

Em junho de 1801, a situação entre Portugal, França e Espanha — que a ela se subjugava — já estava muito tensa e nestas circunstâncias o novo Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, irmão do Governador do Grão-Pará, ordenou a Alexandre R. Ferreira que apresentasse a documentação sobre as terras do Cabo do Norte, para no conjunto reforçar o Tratado de Paz que se celebraria a 29 de setembro de 1801, em Badajós, Espanha e ratificado em Madri a 19 de outubro. De nada adiantou o esforço e trabalho do naturalista, pois Portugal sob tremenda pressão da Espanha e da França, foi obrigado a ceder grande parte do Amapá, desde o Oiapoque até o rio Carapanatuba, no rio Amazonas, entre a Fortaleza de Macapá e o rio da Pedreira.

Em 2 de junho de 1801 quando o naturalista enviou ao Ministro Souza Coutinho o trabalho citado, anexou ao mesmo uma carta e mapa da região do Amapá, onde esclarecia alguns tópicos dos mesmos. Na época a situação já era tão insegura para Portugal que Alexandre Ferreira em sua carta, ponderou e sugeriu pontos de vista, preconizando um futuro que não estava longe e que com lucidez, acreditava, iria acontecer. Alexandre Ferreira foi o primeiro que previu com clareza as conseqüências da fraqueza de Portugal diante da arrogância do imperialismo de Napoleão Bonaparte. Cedeu ou tarde os governantes reais portugueses teriam de abandonar o território metropolitano para se refugiarem no Brasil. Nesse ponto, Rodrigues Ferreira vislumbrava a futura grandesa política e econômica da imensa possessão portuguesa da América. Com coragem e desenvoltura Alexandre Rodrigues Ferreira terminava assim sua carta: "Queira o Espírito Santo alumiar o Conselho de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor. Ele lhe inspire o que for mais próprio da Honra da sua Coroa, e

do proveito dos seus vassallos. Sacrifique Portugal, embora dos outros domínios que possui nas outras partes do Mundo, aquele que lhe parecer; sem excetuar ainda mesmo alguns dos que tem na fronteira deste Reino; porque aqui na Europa, correndo as coisas, como correm, nunca Portugal se graduará na Escola Política das Nações, senão de uma potência da última ordem. Porém ali no Brasil, ainda na última extremidade de ser obrigado a refugiar-se nele: Ali, digo eu *mutatis mutandis*, tem Portugal sobrejamente com que vir a ser um florentíssimo Império". Quem sabe se a sugestão do naturalista não teria servido de aviso para o notável e inteligente Ministro Souza Coutinho, quando em 1808, forçado pelas circunstâncias e com a família Real ameaçada pelos exércitos de Napoleão, que então avassalava Portugal, resolveu em conjunto com o Regente e a nobreza reinante, e pressionado pelos ingleses concretizar aquele plano, 7 anos antes sugerido pelo humilde cientista brasileiro? Bem razão tinha, pois Alexandre R. Ferreira, quando previu a situação vexatória do Portugal metropolitano de modo que se tivesse sido levado a sério com antecedência, teria, com certeza, evitado conseqüências mais catastróficas para o Império Português.

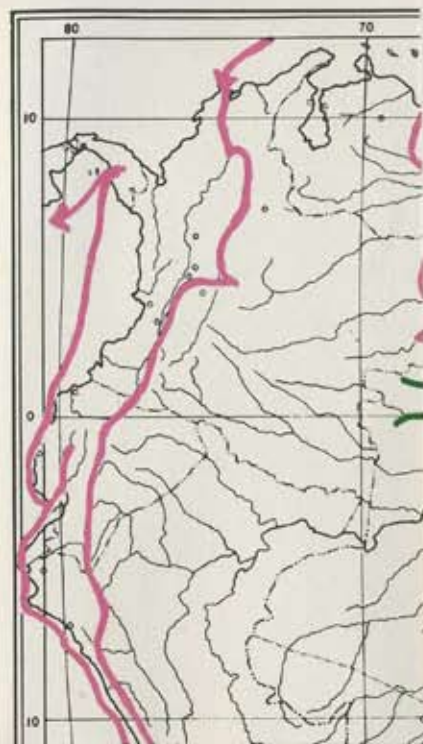
No decorrer desta síntese, já tivemos ocasião de expor alguns traços que fixam a capacitação científica do Dr. Alexandre R. Ferreira, de acordo com a conceituação de escritores e cientistas destes últimos 176 anos, após sua morte. Alguns fizeram reparos e críticas aos seus conhecimentos, não apenas no campo da História Natural, mas em especial no da Etnografia e das Ciências Sociais. Infelizmente, todos se esqueceram que Alexandre Ferreira não era um gênio, e não procurou interpretar o mundo além dos conhecimentos de seu século. Foi um cidadão normal em consonância com os padrões da época e por isso produto da ciência típica do século XVIII. Em 1783, quando deu início à Viagem Filosófica através do Grão-Pará e Mato Grosso, inúmeras áreas da Ciência estavam ainda no nascedouro ou nem existiam. A Zoologia e a Botânica estavam ainda mais longe do grau de aperfeiçoamento que alcançariam pela metade do século XIX. O conceito de espécie, zoológico e botânico era ainda os de Linneu, no seu *Sistema Naturae*. O conceito de distribuição geográfica dos animais e plantas era também muito vago e sem definição. A descrição de uma espécie zoológica e botânica feita em latim seguia estritamente as normas lineanas, caso fosse adotado por esse ou aquele naturalista. Alexandre Ferreira fez o quanto pôde no que diz respeito à Zoologia e Botânica dos vastos territórios que percorreu. Aliás, como botânico, o naturalista baiano talvez tenha sido um bom especialista, mais aprofundado que na Zoologia. Rodrigues Ferreira coligiu na Amazônia e Mato Grosso dois herbários, que se saiba, segundo Glória Marly Fontes. Um com 1.114 plantas secas, saqueadas para Paris e outro com 1.213 plantas que foram conservadas no Instituto Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa. Mas, sabe-se agora de outras coleções. O Dr. Luiz Emigdio Filho, escrevendo sobre o naturalista, como botânico, em "Alexandre R. Ferreira na visão de quatro naturalistas do Museu Nacional", INPA, 1958, publicação n.º

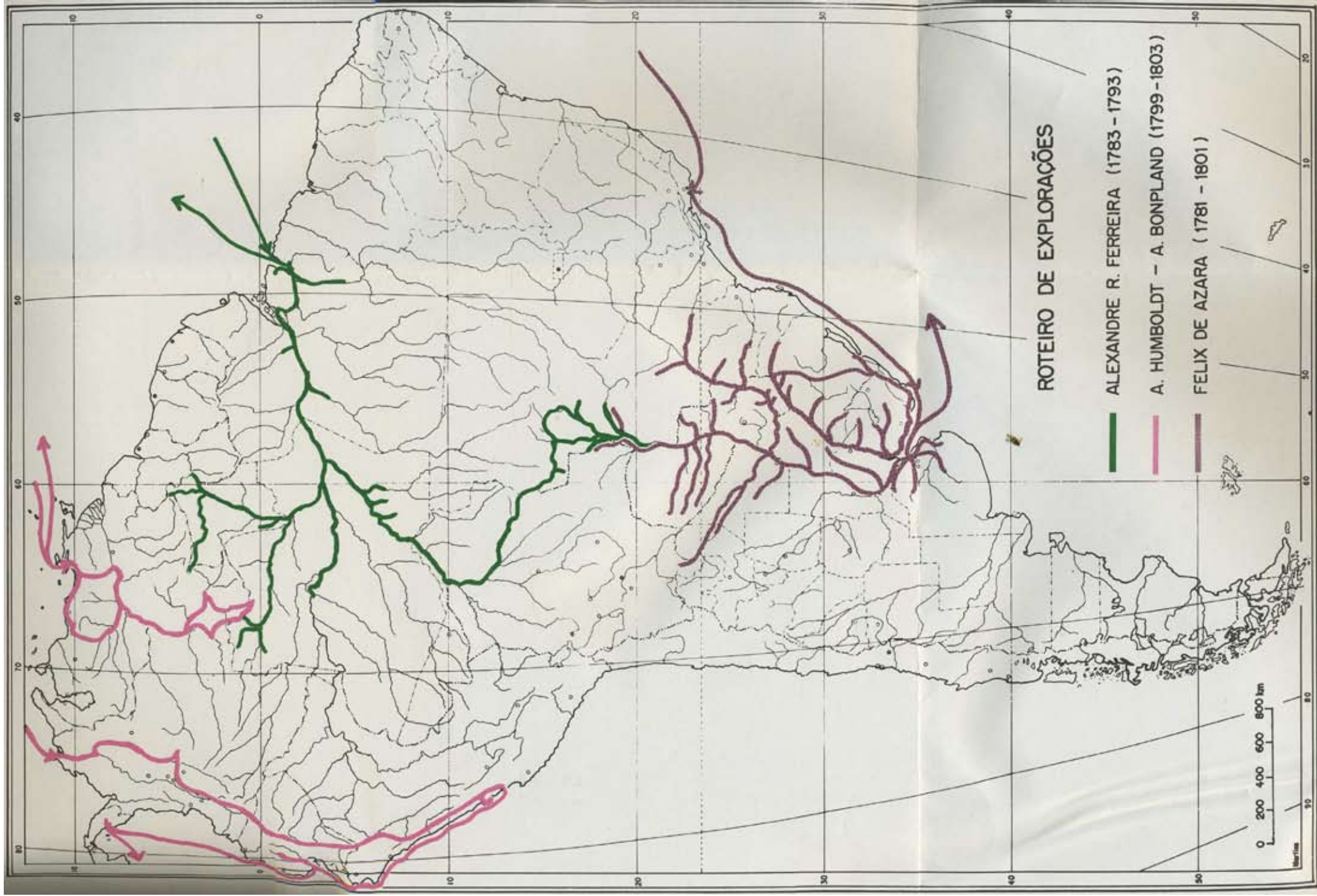
3, página 11, informa que no Museu Nacional encontravam-se 668 estampas de plantas, além de outras ilustrações guardadas na Biblioteca Nacional do Rio. E, quanto à etnologia amazônica, qual era o conceito de Alexandre R. Ferreira, que alguns criticam atualmente? O Dr. Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional, analisando o naturalista baiano como etnólogo, respondeu no mesmo trabalho acima citado, página 19: "Na nossa opinião, bastaria a obra de Alexandre R. Ferreira para fazer assentar em pleno século XVIII o marco que assinala uma tomada de consciência dos problemas humanos do Brasil, por parte dos órgãos superiores da administração pública da metrópole". Mais adiante observa ainda Castro Faria: "É a compreensão do índio, do seu direito à liberdade, à liberdade da vida tribal e não de outra qualquer, conceituada por filósofos e teólogos, que ele procurou conhecer e chegou a estimar, e isto distingue e singulariza a sua obra".

Um outro naturalista do Museu Nacional, o Dr. Emanuel Martins, geólogo e paleontólogo, analisou Alexandre R. Ferreira como geólogo e na mesma publicação já referida antes, disse à página 9, uma síntese conclusiva, muito cabal: "O Dr. Alexandre R. Ferreira, naturalista do século XVIII, operou em vasta superfície, nos campos largos da Geologia, da Botânica, da Zoologia e da Antropologia e se, maior profundidade não deixou transparecer na Geologia, é que esteve sujeito pelas restrições do século que o mais não permitia e pelas próprias restrições humanas, tão asoberbado viveu de múltiplas e divergentes 'disposições' e 'atribuições'".

O grande humanista Almir de Andrade, acompanhando a análise da obra e do pensamento de Alexandre Ferreira, expôs igualmente o seu conceito no estudo "Alexandre R. Ferreira e a Introdução do Método científico nos estudos sociais do Brasil", publicado pelo INPA, 1958, nº 2, página 9: "Com Alexandre R. Ferreira é que realmente se inicia o período dos viajantes naturalistas, que depois percorreram o Brasil de norte a sul e lançaram os fundamentos de um estudo científico sistematizado da nossa fauna, flora, clima, geografia, bem como das nossas populações e das nossas possibilidades econômicas". E à página 23 esclarece: "Sua obra encarna um sentido novo nos estudos brasileiros do século XVIII: uma compreensão mais justa e mais humana da cultura indígena, uma apreensão mais segura dos vínculos que prenderam o homem ao meio exterior. Graças à sua formação universitária e aos seus conhecimentos, ele conseguiu trazer para o Brasil o que de melhor havia na cultura científica portuguesa de seu tempo".

O célebre historiador germano-brasileiro Francisco de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, em sua "História do Brasil", batizou Alexandre R. Ferreira de o "Humboldt brasileiro", quando quis consciente ou inconsciente disso, comparar ou ombrear o naturalista luso-brasileiro ao famoso cientista prussiano. Glória Marly Fontes, entusiasta comentadora de Alexandre Ferreira, em seu livro já citado publicado pelo INPA, diz que a sensibilidade brasileira revolta-se com este apelido, porventura inferiorizante, que muitos inadvertidamente atribuem ao naturalista baiano.





Parece-nos que há um fundamento nisto, pois o brasileiro mostra essa idiosincrasia. De fato, perguntamos, por que Alexandre Ferreira se assemelha a Humboldt, que também era Alexandre? O naturalista brasileiro explorou uma vasta região da América do Sul, maior em área e muito antes do naturalista prussiano, o qual viajou apenas em algumas partes das possessões espanholas de 1799 a 1803, e sem dependência governamental. Não fez mais que o brasileiro, apenas o germânico foi bem-sucedido na divulgação dos seus resultados, pelo simples fato de que possuía uma grande fortuna e vivia, talvez, em um país mais desenvolvido culturalmente. Mesmo assim, Humboldt gastou 50 anos, descansadamente, para publicar suas obras científicas e que por isso, com toda justiça, tornou-se a maior celebridade científica e até política da primeira metade do século XIX. Mas aqui neste caso, dizemos nós, parodiando, que Alexandre Humboldt é o "Alexandre Ferreira da América espanhola", do norte da América do sul.

☆ ☆ ☆

Acrescentamos também aqui, à mesma época da Viagem Filosófica de Alexandre Ferreira às regiões Amazônicas e de Mato Grosso, na porção mais meridional da América do Sul um espanhol, D. Félix de Azara, contemporâneo do naturalista luso-brasileiro, efetuava explorações geográficas, faunísticas, florísticas e etnográficas.

D. Félix de Azara

D. Félix de Azara nasceu em Barbuñales (região de Huesca) a 18 de maio de 1746. Como Tenente-Coronel foi agregado à Comissão de Limites espanhola para determinar a linha de posseção das duas nações ibéricas na parte meridional do continente sul-americano. Partiu de Lisboa em 1781 em um navio português para o sul do Brasil (Rio de Janeiro), seguindo depois para o Rio da Prata (Montevideu). Em fins de 1801 retornou à Espanha, onde procurou logo publicar alguns de seus manuscritos de História Natural. Em 1802 viajou para Paris, em Companhia do irmão Nicolas Azara, diplomata e escritor que morreu nessa cidade em 1804. De volta à Espanha foi nomeado membro do Conselho dos assuntos das Índias Ocidentais. Por fim retirou-se para a localidade onde tinha nascido, vindo a falecer em 1821. Em 1802, Azara publicou os "*Apontamientos para la História Natural de los Quadrupedes del Paraguay e del Rio de la Plata*"; em 1805 saíram os "*Apontamientos para la História Natural de los Pájaros del Paraguay y del Rio de la Plata*", além de outras obras, algumas publicadas após sua morte.

A descrição de suas "Viajes por la América Meridional" foi primeiramente editada em francês por C. A. Walckenaer em 1809. Parece que depois uma edição espanhola, traduzida do francês, foi publicada no século XIX. Uma baseada nesta saiu em 1923 e, em 1963 uma outra pela Editora Espasa — Calpe de Madrid da qual tiramos as notas acima.

Em ser também um "naturalista filósofo" de relevo acadêmico, Azara tinha sido oficial de carreira da Marinha, alcançando o posto de Brigadeiro. Félix de Azara é hoje um dos zoólogos mais reverenciados pelos especialistas sul-americanos, em particular os da Argentina. Como Comissário Chefe dos Trabalhos de demarcações de limites entre as terras da Espanha e de Portugal naquelas paragens de constantes conflitos, para ali enviaram-no em decorrência do Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Desde 1781 até 1801, Azara teve oportunidade de como plenipotenciário e naturalista, explorar as bacias dos Rios da Prata, Uruguai, Paraguai e Paraná e seus afluentes, penetrando em alguns lugares então de conflitos e que hoje estão em território brasileiro, onde estudou e conseguiu fazer grandes coleções da fauna e da flora, ao mesmo tempo que anotava observações geográficas, históricas, etnográficas e políticas. Levantou também mapas detalhados dessas regiões, sendo que em certos pontos chegou a ter atritos com as autoridades portuguesas porque avançava demais, e em muitas ocasiões desentendia-se com os próprios governadores espanhóis de províncias locais, ciosos de sua autoridade que não o compreendiam e até lhe criavam obstáculos.

Como Humboldt, também F. de Azara tinha uma certa fortuna que gastou nas suas investigações de campo e mais tarde também, para poder publicar o resultado de seus trabalhos em livros, alguns acima citados. Encontrou obstáculos tremendos para alcançar os seus objetivos, mas conseguiu a meta, quando morreu em 1821 e nisso foi mais feliz que Alexandre R. Ferreira. O que um realizara no extremo norte da América do Sul sem resultados ulteriores, o outro o fazia no extremo sul de modo mais bem-sucedido.

Alexander Humboldt e Aimé Bonpland

As explorações científicas efetuadas por Alexander Humboldt e seu companheiro francês Aimé Bonpland estenderam-se apenas pelas regiões atuais da Venezuela, Colômbia, Equador e Peru e que no final do século XVIII, constituíam domínios espanhóis que formavam a Capitania da Venezuela, Vice-Reinado da Nova Granada e Vice-Reinado do Peru respectivamente. A viagem do Barão von Humboldt ao norte da América do Sul causou apreensão no governo de Portugal, ao então Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI. A situação política na Europa estava tensa e instável, após a Revolução Francesa e nessa fase com a ascensão do General Napoleão Bonaparte na conquista do poder na França. Os emissários portugueses na Espanha tiveram logo informações da viagem de Humboldt às Américas, apesar dos camuflados preparativos, e notificaram estas intenções ao primeiro Ministro de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho. As informações não diziam exatamente os objetivos do cientista germânico, obviamente, e por isso as medidas tomadas pelo Governo Português, em parte, foram confusas e incoerentes, mas decisivas. Essas ordens explícitas, enviadas para Belém e para as Capitanias de Pernambuco e Ceá-

rã, proibiam terminantemente a entrada no Brasil, seja qual fosse o local, de "*hum tal Barão de Humboldt*", que sob a capa de fazer observações científicas, vinha isto sim, subverter com idéias falsas, o ânimo do povo nas terras do Brasil. Devia ser preso imediatamente e bem assim todos aqueles portugueses ou luso-brasileiros, suspeitos, que o auxiliassem sem a devida autorização governamental.

O historiador Ernesto Cruz do Pará, encontrou na Biblioteca e Arquivo Público de Belém, no códice 750, o aviso datado de 2 de junho de 1800, assinado pelo Ministro Souza Coutinho e enviado ao Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro, então o seu irmão Vice-Almirante Francisco de Souza Coutinho, estava exposto nas mais severas recomendações. E. Cruz publicou na íntegra esse documento no livro "Proclamação dos Séculos, Vultos e episódios da História do Pará", página 139, 1952, Belém. Na época, os portugueses tinham razão e andaram certos em não permitir que um sábio, mas atrevido Humboldt penetrasse no Brasil, legal ou ilegalmente (aliás o naturalista germânico não chegaria a tanto, porque além de ser um bom cientista, era também hábil político e conhecia as leis internacionais). Todo bom entendedor da História da Europa sabe que a Espanha era governada pelo fraco e inábil Carlos IV, desde 1788 até 1808, quando foi destronado por Napoleão, pois alguns anos mais tarde os espanhóis arrependem-se-iam amargamente de terem dado "carta branca" às viagens de Humboldt. Antes de 1820 todas as colônias da Espanha estavam independentes pelo caminho mais violento.

José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos protagonistas da futura independência política do Brasil em 1822, devia conhecer Humboldt através do famoso mineralogista alemão Abrahaam Werner, com o qual ambos tinham estudado em Friburg. Também é possível que em 1799/1800, Alexandre Ferreira já tivesse ouvido falar de Humboldt.

Friederick Alexander, Barão de Humboldt nasceu em 14 de setembro de 1769 em Berlim, seu pai, militar de escol, tinha servido no exército do Imperador Frederico o Grande da Prússia. Tinha um outro irmão mais velho Karl Wilhelm, que foi filósofo erudito e estadista de notável prestígio. Ambos tiveram educação esmerada nos mais categorizados ginásios de Berlim. Alexandre Humboldt desde novo mostrou genialidade e uma tendência para os estudos científicos. Coursou a Universidade de Frankfurt e depois concluiu os estudos na Universidade de Göttingen aos 23 anos. Além dos conhecimentos científicos falava e escrevia várias línguas, além do alemão, também francês, inglês, espanhol, russo, italiano e outras. Humboldt deveria viajar para o Egito na comitiva de Napoleão Bonaparte, naquela célebre expedição de 1789/99, mas imprevistos políticos afastaram-no dessa rota e dirigiram-no às Américas e nessa ocasião conheceu o médico e botânico francês Aimé Bonpland.

Após 1808, quando D. João, o Regente, transferiu-se para o Rio de Janeiro, revogou aquelas ordens de proibição de entrada de Humboldt no Brasil e até o convidou a que viesse excursionar em seus domínios. Mas Humboldt não pôde aceitar por várias razões e achava graça quando teve

conhecimento de que um dia tinha sido qualificado de subversivo da ordem, indesejável e até preso se fosse possível. Ao tempo de D. Pedro II, em 1854, Humboldt auxiliou o Brasil com sua diplomacia quanto aos limites da antiga Guiana Inglesa, Venezuela e Colômbia, ao elaborar pareceres favoráveis aos direitos de nosso país. Por esses desinteressados serviços Humboldt recebeu do imperador do Brasil a condecoração da Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa em 1855, segundo se encontra nas "Efemérides Brasileiras", do Barão do Rio Branco, página 184, 1946, 2ª edição (Ministério das Relações Exteriores), e na obra de Carlos Oberacker Jr., "A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira", página 277, 1985, 2ª edição, Rio de Janeiro.

O companheiro de Humboldt nas explorações e ainda nos anos posteriores, tornou-se grande amigo do germânico, com sinceridade, apesar de francês. Mas ambos foram cidadãos do mundo no entender deles, sem os tropeços das fronteiras. Aimé Bonpland nasceu na cidade de La Rochelle, França em 1773 a 28 de agosto. Tinha se formado em medicina aos 20 anos, mas por vocação era um exímio e apaixonado botânico, pois antes tinha estudado e sentido a influência daqueles famosos cientistas, como Jean Baptiste Lamarck, Antoine Laurent de Jussieu e René Desfontaines, que ensinavam no Museu de História Natural de Paris, no Jardim das Plantas, na Sorbonne e na Academia das Ciências. Bonpland tinha sido cirurgião naval da República Francesa, mas seu interesse maior eram as explorações em terras distantes e exóticas. A amizade com Humboldt mudou-lhe o rumo da vida. Bonpland era homem forte, de bom gênio, que gostava de viver a vida em aventuras e muito inclinado a amar as mulheres.

Em janeiro de 1799, Humboldt e Bonpland chegaram à Espanha para terem uma licença especial do Rei Carlos IV, a fim de que pudessem viajar livremente pelos domínios espanhóis na América. Tudo lhes foi concedido e colocando na frente à fortuna de que Humboldt era possuidor e os demais passaportes, os dois exploradores partiram do porto de La Coruña, no dia 5 de junho de 1799, no navio "El Pizarro". No dia 15 de julho desembarcaram na Cidade de Cumaná, próximo a Caracas, Venezuela. Exploraram essa região e em novembro foram para Caracas.

Em um atrativo livro escrito pelo norte-americano Victor W. Hagen, "A América do Sul os Chamava", em tradução portuguesa razoável, publicada por edições Melhoramentos, 1956, o autor analisa as viagens e investigações de quatro grandes naturalistas (La Condamine, A. Humboldt, C. Darwin e R. Spruce), onde obtivemos informações que ajudaram a compor o roteiro dos naturalistas citados. O tal livro contém erros, lapsos, algumas inverdades e elogios desmesurados, na realidade não é tão cristalino o que ali se afirma. Existem falhas históricas com relação ao Brasil. Mas o livro é uma boa exposição de itinerários das viagens científicas.

Acompanhando a rota de viagem dos dois exploradores, vê-se que estudaram as savanas dos arredores de Caracas, partindo daí em fevereiro

para o Rio Orenoco, a fim de verificar a junção exata deste rio com o Amazonas. Atravessaram os lhanos da Venezuela, extensa planície que não é nem prado nem deserto, coberto de erva rasteira. Passaram por vilas e aldeias onde encontraram em abundância as célebres saúvas que devastavam as árvores daquela área. No local Calabozo entre Caracas e o Orenoco, os naturalistas toparam pela primeira vez com o poraquê, o peixe elétrico, que os nativos chamavam "Tembladores" e Humboldt denominou *Electrophorus electricus*, mas que Rodrigues Ferreira já conhecia há 20 anos atrás. Em março de 1800 os viajantes tocaram às águas barrentas do Orenoco. A 30 de março foram descobrir o canal que interliga os vales do Orenoco e do Amazonas. Através do Rio Apure, chegaram em abril naquele rio na Missão de La Urbana. Subiram o Orenoco e quanto mais avançavam, mais o rio ficava turbulento, com pequenas quedas d'água, chamados rápidos de Maipures.

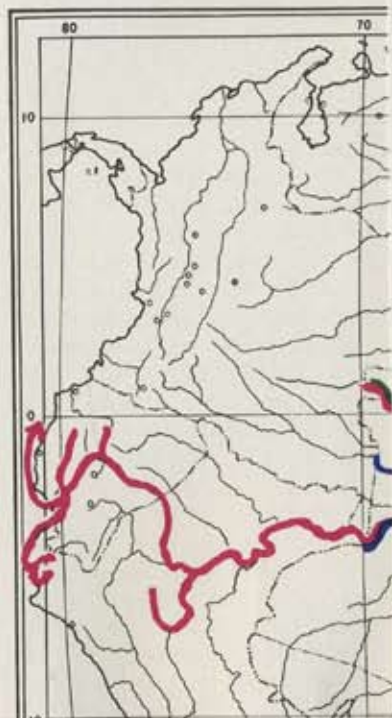
Subindo, foram alcançar a antiga Missão de San Fernando de Atabapo. Após trinta e três dias de viagem chegaram na Missão de San Antônio de Yavita (onde em 1852 Alfred Wallace aí estacionara uma semana). E nessa região inóspita, onde se acha a corrente chamada Cassiquiare "... se perde numa planície baixa e larga e passa para o território do Amazonas". Forma então uma ligação ao Rio Negro. Sem que se entre em discussões supérfluas este canal já era conhecido antes de Humboldt no século XVIII. Existe ainda um outro caminho que Humboldt e Bonpland tomaram para alcançar o Rio Negro, desde o Orenoco, mais curto vindo de Yavita. (Segundo V. Hagen, página 135, obra citada). Em toda essa região já haviam coletado grande quantidade de espécimes de plantas e animais.

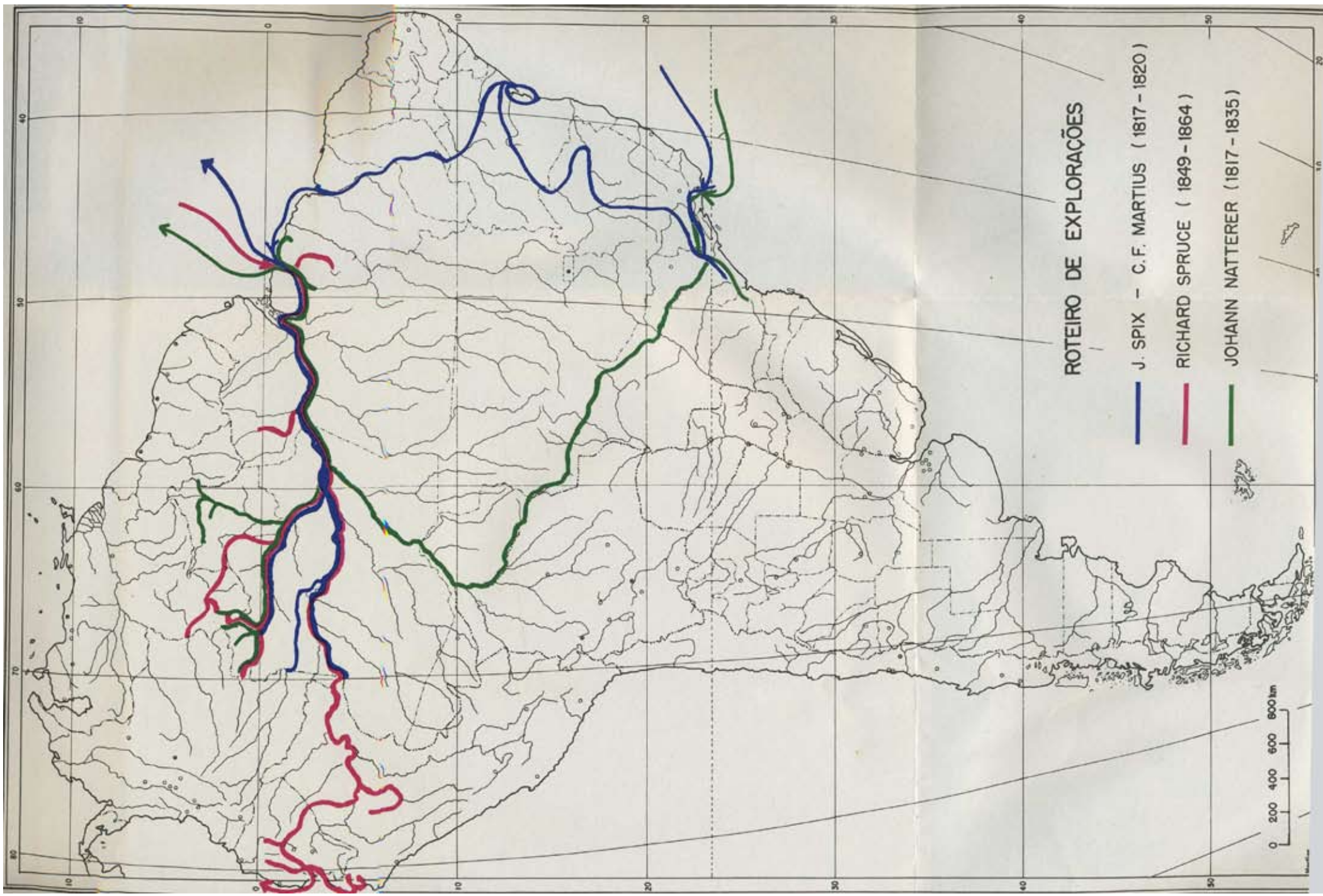
De uma Missão dos franciscanos, os dois viajantes seguiram para as aldeias de Solano e San Carlos. Também nesses locais estaria R. Spruce, em 1854, e Wallace em 1852. A região era terra limítrofe em 1800, disputada por Espanha e Portugal, pois a linha ainda não estava delimitada, apesar dos Tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Os portugueses tinham fixado alguns pequenos fortes nos rios, locais distantes que eles consideravam possessões do Rei, como o Forte de S. José de Marabitanas, onde em 1785 estivera Alexandre Ferreira e seus companheiros de viagem. Pelo que sabemos da descrição na sua obra da Viagem publicada em 1808, Humboldt não se aproximara dos territórios vigiados pelos portugueses e brasileiros, por questões de fácil entendimento. Entretanto, o autor Victor Hagen, já citado, à página 138 do seu livro, afirma que Humboldt foi preso em maio de 1800 pelo comandante da guarnição "brasileira" a qual seqüestrou todos os objetos dos exploradores ao mesmo tempo que queriam mandá-los para Belém. Informação imprecisa, além de intrigante e até jocosa, pois nada disso ocorreu e não existe nenhum documento sobre tal acontecimento. Nenhum historiador fez referências a isso, a começar por Antônio Baena no "Compêndio das Eras" já citado aqui. Em 1800, o Governador da Capitania, Francisco de Souza Coutinho, é de se acreditar, jamais soube dessa suposta prisão de Humboldt,

que como dissemos, o próprio cientista não se refere em sua descrição de viagem.

Humboldt e Bonpland, daquela região, retornaram ao Orenoco pelo Cassiquiare. Na bifurcação dos dois rios elevava-se o monte Duída de 2.680m de altura. Daí navegaram para o Rio Atabapo onde Bonpland infectara-se com as febres palustres. Em seguida foram para Angostura onde o botânico quase morreu. Depois que Bonpland se restabeleceu, os viajantes seguiram para Nueva Barcelona, próximo de Cumaná. Aí Bonpland apaixonou-se por uma jovem de beleza exótica, descendente de índia e branco, que irradiava volúpia, quase transtornando a mente do francês, a jovem perseguiu-a e propor-lhe casamento. Devido à insistência, a jovem desapareceu e Bonpland foi-lhe no encalço desaparecendo por várias semanas, deixando Humboldt preocupado. Quando este preparava-se para ir a Cuba e México, em vista da demora, surgiu o botânico no dia 24 de novembro, carregado de belas coleções de plantas e animais. Não encontrara a bela crioula, mas aproveitara o lugar onde ficara para coletar. A 18 de dezembro de 1800 ambos foram para Havana.

Depois dessas viagens, uma nova etapa nas explorações da América do Sul iria ter continuidade. Em Cuba, Humboldt e Bonpland nada fizeram de modo que em começos de abril voltaram para a cidade de Cartagena na Colômbia (antigo Vice-Reinado de Nova Granada). Navegando pelo Rio Magdalena, chegaram em maio à cidade de Santa Fé de Bogotá onde tomaram contacto com o célebre naturalista espanhol José Celestino Mutis, antigo Diretor da expedição botânica que o Rei Carlos III da Espanha havia enviado anos antes àquelas regiões. Mutis recebeu os dois naturalistas, que ali se encontravam para isso mesmo, hospedaram-se em sua casa. Em setembro de 1801, Humboldt, Bonpland e José Caldas, um jovem cientista e revolucionário da independência da Colômbia, e discípulo de Mutis partiram para Quito. Estacionaram na vila Ibagué e daí seguiram o caminho antigo que serpenteava o vale do Cauca até Popayán e Almaguer; subiram as montanhas e alcançaram os Andes elevados, com ventos e saraiva. A caminhada até Quito a partir daí foi extremamente difícil, por causa do tempo e das veredas muito estreitas, ladeadas de abismos. Viajavam a 3.000 metros de altura com chuvas constantes e frio intenso num ambiente estéril, onde passaram o Natal de 1801. Alcançaram Quito em janeiro de 1802, agora na jurisdição da Audiência desta cidade, onde em 1638 já estivera o conquistador português Pedro Teixeira vindo de Belém, com seus companheiros. Também aí de 1736 a 1742 trabalhara o cientista francês Charles de La Condamine. Nesta capital Humboldt e Bonpland ficaram explorando a região. Agregou-se a eles um jovem estudioso, Carlos Montufar, filho mais velho do Marquês de Selva Alegre, Juan Montufar que os hospedara em seu solar. Foi aí, dizem, que Alexandre o barão de Humboldt quase se apaixonara pela encantadora Rosita, então a inacessível filha do Marquês, pois estava sempre em sua companhia. Mas parece que ficou só nisso. A 9 de junho de 1803 Humboldt e companheiros partiram de Quito para subir e explorar o extinto vulcão Chimborazo,





ROTEIRO DE EXPLORAÇÕES

- J. SPIX - C.F. MARTIUS (1817 - 1820)
- RICHARD SPRUCE (1849 - 1864)
- JOHANN NATTERER (1817 - 1835)

0 200 400 600 800 km

de impressionante altura, e já no dia 23 de junho estavam escalando-o até a altitude de 5.863m sem alcançar o cume, mas bem próximo estiveram. Depois desceram e foram descansar no povoado de Calpi e daí dirigiram-se para Quito. Em julho de 1802 decidiram descer os Andes e seguir para a cidade de Lima no Vice-Reinado do Peru, passando por Cañai e mais adiante Cuenca e Loja. Deixaram o Vice-Reinado de Nova Granada e seguiram para a vila de Jaén na região florestada do Alto Amazonas, onde antes estivera La Condamine e mais tarde Spruce. Passaram aí 17 dias, e depois subiram os Andes de novo, até a cidade de Cajamarca, antiga capital dos Incas, onde estacionaram 5 dias a 3.200m de altura. Daí desceram para a cidade de Trujillo na costa peruana, seguindo em frente até Lima. Na orla costeira depararam-se com o oceano Pacífico, onde observaram a fauna marinha de vertebrados. Nessa região fica a ilha de Mazorca onde vivem e ninham aves marinhas. Aí os viajantes examinaram o guano ou as fezes dessas aves, acumuladas em séculos. Humboldt descobriu, então, a importância desses detritos como fertilizantes ricos em fosfatos de cálcio, para adubos na agricultura. Em novembro os exploradores entraram em Lima, passando antes por Callao. Em 2 de janeiro de 1803, Humboldt, Bonpland e Montufar embarcavam em uma fragata para Acapulco no atual México, então Vice-Reinado de Nova Espanha. Nesta longa viagem escalaram antes em Guayaquil, no atual Equador, então Vice-Reinado de Nova Granada. A 15 de fevereiro de 1803 partiram na fragata referida e rumaram para Acapulco, acompanhados pelo filho do Marquês de Selva Alegre, que acompanhou Humboldt e Bonpland pelo México, Estados Unidos e até a Inglaterra. Mais tarde Montufar se envolveria pelas lutas da Independência do Peru.

Alexandre Humboldt e Aimé Bonpland haviam passado 3 anos explorando o norte da América do Sul. Nos Estados Unidos ambos encontraram-se em maio de 1804, com o Presidente Thomas Jefferson e em agosto desse ano retornavam à Europa. Nessa empresa, Humboldt gastaria mais da metade de sua fortuna, além das pesquisas que teve de levar a cabo durante 15 anos em Paris, onde publicou sua gigantesca obra, a qual quando completa chegou a 29 livros de grande tamanho, conhecidos em biblioteconomia como *in folios*. O resultado das explorações à América do Sul foi publicado com o título "Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent, fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804, avec un atlas géographique et physique"... Paris, entre os anos de 1816 a 1831 em 13 volumes. Uma grande parte dos *in folios* de Humboldt e Bonpland encontram-se na Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi (atual Departamento de Informação e Documentação), obras adquiridas por Emílio Goeldi quando Diretor do Museu no início do século.

Após o retorno à Europa civilizada, mas dilacerada por tantas guerras, Humboldt tornou-se o patrono das ciências, elogiado e exaltado por reis, imperadores e cientistas. Fora bem-sucedido na vida, pela sua fortuna e pela ajuda dos poderosos. Bem diferente do que ocorrera ao pobre Alexandre R. Ferreira, que sem nada poder fazer viu o saque de suas cole-

ções do Museu da Ajuda em Lisboa em 1808, pelos piratas franceses, o zoólogo Geoffroy de Saint Hilaire e o General Junot, que as levaram para o Museu de Paris, onde segundo parece, até Humboldt em 1811 serviu-se daqueles exemplares amazônicos, em especial os dos primatas (macacos) para descrever espécies novas. Talvez Alexandre de Humboldt nem soubesse que estava manipulando coleções roubadas e tenha sido ludibriado por aquele zoólogo francês. Humboldt foi um homem escrupuloso, honesto, hábil e judicioso. Não via fronteiras à sua frente. A expressão "Hyloea" ou Hiléia, usada para englobar a extensa área de florestas pluviais da América do Sul pertence a Humboldt que sistematizou a Fitogeografia.

Depois de tornar-se um dos homens mais famosos do século XIX e de ter ainda energia para outras explorações e escrever livros, Humboldt veio a falecer no dia 6 de maio de 1859 com a idade de 90 anos, em Berlim, onde nascera. Aimé Bonpland em 1816, muito irrequieto retornou à América do Sul, para explorar a flora da Argentina e do Paraguai, onde aí foi retido pelo ditador José Francia, como seu médico pessoal, um cativo sem algemas. Permaneceu assim 9 anos até 1830, quando um dia ganhou a liberdade e viajou para o Uruguai. Aí viveu os últimos anos de sua vida, casado e com filhos, em suas propriedades de Santa Ana Velha, hoje Paso de Los Libres, onde veio a falecer em 11 de maio de 1858 com 85 anos de idade.

Carl Philippe von Martius e Johann Baptist von Spix

Quase quarenta anos depois de Alexandre R. Ferreira ter chegado à Amazônia, desembarcaram em Belém, vindos de S. Luís do Maranhão, em agosto de 1819, os naturalistas germânicos Dr. Carl Philippe von Martius e Dr. Johann Baptist von Spix.

As explorações que tiveram início em 1817, pelo botânico e médico Martius e o zoólogo Spix, revestiram-se de suma importância para o Brasil, por terem sido efetuadas naquela fase de transição da vida brasileira, por dois estrangeiros, marcando definitivamente o começo dos estudos de história natural, antropológicos e geográficos, através de todos os rincões do Brasil. Os tempos eram outros, tanto no campo científico, político e social, na Europa e no Brasil, acompanhados de novas idéias e renovado espírito de encarar a realidade da época. Com a instalação da Família Real no Rio de Janeiro em 1808, acontecimento já previsto por Alexandre R. Ferreira, o Brasil escancara-se à acolhida de todas as nações amigas e bem intencionadas, ao mesmo tempo que com essa liberalidade o governo do Regente D. João, futuro Rei, castigava severamente os invasores e prepotentes franceses que roubavam e massacravam o território de Portugal.

Quando Martius e Spix chegaram no Brasil, Alexandre R. Ferreira havia falecido em Lisboa em 1815. Porém, Martius faz várias referências, ainda que um tanto vagas, na obra "Viagem ao Brasil, nos anos de 1817 a 1820", publicada em alemão de 1823 a 1831, (e em português em quatro

volumes, em 1938, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), ao naturalista luso-brasileiro, que os havia antecedido.

Carl von Martius, nascido em 1794 em Erlangen, Baviera e Johann von Spix nascido em Höchstädt S/Aisch, alta Franconia em 1781, vieram ao Brasil às expensas do Rei da Baviera, Maximiliano José I, para realizarem explorações científicas. Incorporaram-se à comitiva da futura princesa, arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo da Áustria, noiva de D. Pedro, futuro Imperador, com quem viajavam também os naturalistas, Johann Natterer, Johann Pohl, J. Mikan, G. Raddi, o pintor Thomas Ender e outras personalidades. Chegam ao Rio de Janeiro, Spix e Martius, a 15 de junho de 1817 e depois acompanhados de ajudantes, procuraram logo nos dias subsequentes explorar os arredores desta cidade. Vão a Santa Cruz e daí atravessam o Rio de Janeiro em demanda de S. Paulo, onde estacionaram de dezembro de 1817 a janeiro de 1818. Seguiram depois para Sorocaba de onde passaram para Minas Gerais em direção noroeste, atravessando vilas e rios, alcançaram o rio das Mortes, chegando a S. João del Rei, Ouro Preto, Mariana e Caraça. O contemporâneo botânico brasileiro Frederico Hoehne (1882-1959) na "Revista dos Amigos da Flora Brasileira", S. Paulo, ano I, 1941, página 19, traçou em linhas sumárias o roteiro dos dois naturalistas, pelo resto do Brasil desde Ouro Preto, de onde "seguem para Itambé, Conceição, Minas-Novas e vão estacionar para fazerem outro teatro de operações no alto Jequitinhonha; visitam de lá Grupiara, Serra do Grão-Mogol, Formigas e seguem depois rumo oeste até o Porto-Salgado, onde atravessam o Rio S. Francisco e vão até o Estado de Goiás. Rumo nordeste procuram Carinhanha. Transpõem novamente o Rio São Francisco, seguem os flancos da Serra dos Montes, Gameleira, Catité, onde travam conhecimento com a flora dos montes, das serras do Brumado, do Rio das Contas e, enfim, alcançam Cachoeira, descem de lá para a cidade de São Salvador e Itaparica por terra e daí por água até Ilhéus, sobem pela zona litorânea fazendo muitos zigue-zagues e paradas, até alcançarem São Salvador de novo e de lá vão a Cachoeira para em rumo mais ou menos noroeste atravessar a Capitania da Baía, chegarem a Juazeiro, atravessarem mais uma vez o Rio São Francisco, entrarem no território Pernambucano, seguirem pelo de Piauí até ao Parnaíba e, atravessando-o, irem ter pelo Maranhão à costa. Em São Luís do Maranhão resolvem ir — para chegarem mais depressa — por via marítima a Belém do Pará. Lá estacionam alguns dias e seguem via fluvial, com embarcação a Santarém, subindo de canoa o Amazonas para chegarem a 25 de novembro de 1819 a Teffé".

"Em Teffé, vendo a grandeza da natureza e a farta messe para naturalistas ainda sempre sedentos, Martius e Spix separam-se, seguindo cada um para um lado, para mais rapidamente ser realizado o vasto programa proposto. Spix sobe pelo Amazonas, entra pelo Solimões, vai até Tabatinga, povoado fronteiro ao Peru. De lá retorna a Manaus e sobe o Rio Negro até Barcelos, volta de lá para Manaus e espera o companheiro".

“Martius, que embora mais moço pareceu ser sempre o dirigente das viagens, tendo dado instruções a Spix, subiu o Rio Japurá com o propósito de chegar à região dos saltos e alcançar de lá o divisor das águas nos Andes, o que, em linha reta de Manaus, representa uma distância de 2.500 quilômetros. Vencendo mil obstáculos e moléstias, refreando ânimos exaltados de camaradas rancorosos, chega de fato em 28 de janeiro de 1820 ao destino almejado”.

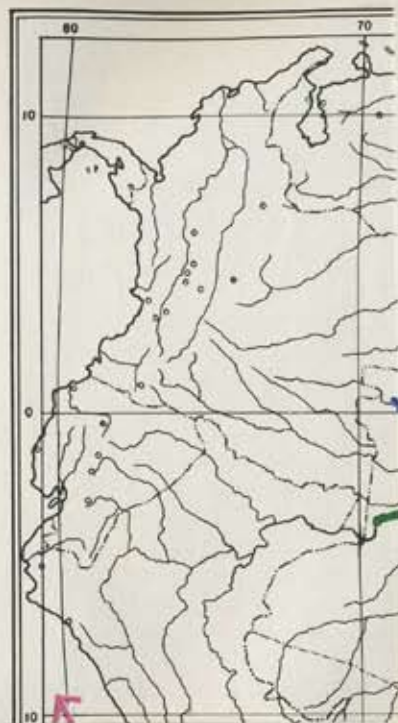
“Ao descrever aquelas peripécias diz Martius, com grande modéstia, que certamente não teria conseguido realizar tão longa jornada nem vencido as dificuldades que ela ofereceu, não fosse o seu fiel companheiro, o Capitão F. R. Zany, um italiano com que travara conhecimento em Manaus e com o qual contratara a viagem. Esse senhor que havia 16 anos estava no Amazonas, possuía realmente muito conhecimento da região e muitos amigos em todos os recantos que lhe facilitaram a aquisição da munção de boca”.

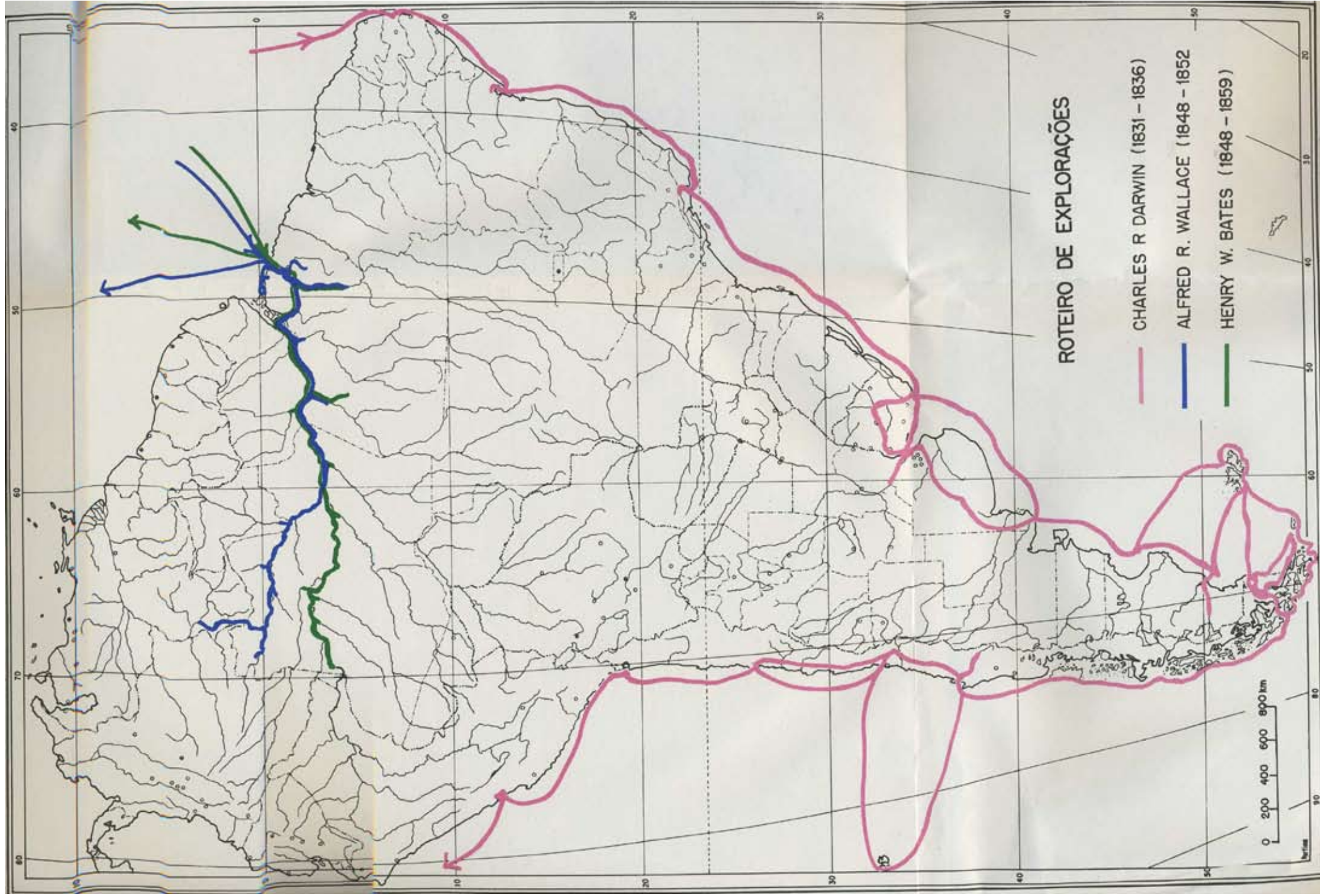
“Martius, de temperamento cordial e sincero, chegou a amar seu fiel companheiro a ponto de poder sacrificar-se por ele. Tendo cuidado de Martius enquanto estava enfermo, este retribui-lhe na mesma medida embora se visse obrigado a ser, simultaneamente, enfermeiro, médico, piloto, naturalista e não raro remador. Chegando a Teffé, Martius procedeu, para com Zany, como o samaritano com o que encontrara na estrada, entregou-o ao estalajeiro e pediu-lhe que cuidasse dele como de um amigo”.

“Dias teve Martius nessa jornada fluvial em que o seu serviço médico para os que deviam auxiliá-lo, seria, por qualquer outro, considerado trabalho excessivo, todavia remava, pilotava e colhia material de botânica e zoologia nas horas vagas”.

“As coleções, que se foram avolumando paulatinamente, chegaram também em ótimas condições a Manaus, embora os camaradas, ao verem esgotados os alimentos, se despedissem e o deixassem sozinho. Muitos artefatos de indígenas, amostras de minerais e curiosidades outras seguiram também para as caixas preparadas em Manaus e em 11 de março de 1820 vemos os dois naturalistas rumarem para Belém do Pará, onde em 14 de junho embarcaram para a Europa, chegando a 23 de agosto em Lisboa”.

Os resultados científicos da exploração de Spix e Martius foram decisivos para os estudos zoológicos, botânicos e etnológicos, não apenas pela maciça coleta efetuada, como principalmente pela pesquisa desse material levada a cabo com a colaboração de vários especialistas europeus de renome e integralmente publicados na Alemanha. Infelizmente, Spix vem a falecer em 1826, deixando a cargo do seu amigo Martius toda a responsabilidade da tarefa, que a levou adiante, em conjunto com os outros colegas solicitados, até 1868 quando faleceu com 74 anos de idade, em plena atividade na composição de sua “Flora Brasiliensis”, que já se encontrava com 46 fascículos publicados (o último em 1906), constituindo-se por fim, em um dos maiores monumentos à grandiosidade da natureza florística do Brasil.





Também dois outros grandes naturalistas, que se tornaram famosos pelo empreendimento e extensão das áreas exploradas, em especial na Amazônia, e que por isso podem ser comparados a Alexandre R. Ferreira, foram o zoólogo austriaco, Johann Natterer já citado e o botânico inglês Richard Spruce. Esses dois nomes são hoje familiares e respeitados por quantos zoólogos e botânicos estudaram e estudam a fauna e flora do Brasil e da América do Sul.

Johann Natterer

Johann Natterer, nascido perto de Viena, Áustria em 1787, passou 18 anos explorando a fauna do Brasil com pertinácia, paciência, zelo e audácia. As viagens de Natterer foram o inverso das de Alexandre Ferreira, mas quase seguindo o mesmo itinerário, aqui no caso vindo do sul do país. O naturalista austriaco chegara em 1817 ao Rio de Janeiro na comitiva da princesa Leopoldina da Áustria, em cuja companhia vinham os naturalistas Johann von Spix, Carl von Martius e outros.

Natterer viajou grande parte do Brasil, acompanhado por um ajudante, através do Rio de Janeiro, S. Paulo e parte do hoje Estado do Paraná, seguindo depois em 1821 para Cuiabá, Mato Grosso, rumando daí para Vila Bela, onde estivera Rodrigues Ferreira 34 anos antes. Daí desceu os rios Guaporé e Madeira em 1829, desembocando no Amazonas em 1830, até Barra do Rio Negro (atual Manaus). Subiu o rio Negro até São Carlos e a boca do Cassiquiare. Explorou o rio Xié e outros da região e depois estacionou em Barcelos. Seguiu daí para subir o rio Branco até os limites com a Venezuela, voltando após para a Vila da Barra. Em 1834 desceu o Amazonas até Santarém, onde ficou algum tempo, viajando daí para Belém no fim desse ano. Visitou, ainda, o litoral bragantino em 1835 e arredores de Belém, onde nessa ocasião, eclodiu a Cabanagem com todo o tropel de selvageria que caracterizou esta Revolução popular, por pouco não aniquilando o estrangeiro Natterer, então já casado com uma jovem de Barcelos. Para salvar-se perdeu todos os animais vivos que levava para Viena, pois aqui ficaram para alimento dos cabanos. Depois de muito trabalho e espera, o naturalista e família, viajaram em setembro de 1835 em um navio de guerra inglês para a Europa. Na Amazônia, Natterer passara 5 anos, dos 18 de Brasil, onde fez coleções insuperáveis da fauna do país. Morreu em 1845 sem poder estudar e publicar os resultados além de um trabalho sobre os jacarés do Brasil. Sobre este grande naturalista, Emílio Goeldi publicou no Boletim do Museu Paraense, v. I, pp. 189 a 217, 1895, — "Johann von Natterer, Biographia," de onde tiramos estas notas.

Richard Spruce

Richard Spruce, um dos maiores botânicos e exploradores da Amazônia, nascera em 1817 na Inglaterra. De origem muito pobre, mesmo para os padrões ingleses da época, passou quase toda a vida com problemas

financeiros e pela existência simples vivida, quase passou despercebido no mundo científico do século XIX, por não ter publicado em tempo, os resultados da viagem. Foi um naturalista profissional, vendendo o seu serviço, ainda que inteiramente autodidata. De início, onze grandes herbários da Europa comissionaram-no para explorar e colecionar espécimes florísticos. Preparado para isso, desembarcou em Belém em julho de 1849, onde veio encontrar-se com os naturalistas Henry Bates e Alfred Wallace que aqui exploravam a Amazônia desde 1848. De Belém, Spruce viajou pela parte baixa do rio Guamá e depois foi explorar calmamente o Amazonas em suas ribas, fazendo as coletas e enviando-as para a Inglaterra; passou algum tempo em Santarém, seguindo após para o rio Trombetas, descendo depois para o Amazonas até Manaus, em cujas adjacências demorou dois anos. Em 1851, saiu de Manaus para explorar o rio Negro, Uaupés, Branco e outros rios menores, até os limites da Venezuela. Nessas solidões dos confins do Brasil, Spruce vagueia até 1854. De volta a Manaus preparou-se para subir o Amazonas até Iquitos no Peru. Em 1855 explorou os rios Huallaga até Moyobamba, depois o Pastaza até Quito no Equador. Deste ponto enfretou a cordilheira dos Andes e passou-se para o lado do Oceano Pacífico estudando a região de Guayaquil, Piura e outros locais até 1864, quando embarcou para a Inglaterra, depois de ter coletado mais de 30.000 plantas, levantado mapas e ter enviado milhares de sementes de espécies de borracha, cinchona e de outras plantas com fins industriais e terapêuticos. Spruce passara 17 anos estudando, observando e anotando tudo o que foi possível, sempre com algum interesse do governo inglês e muitas vezes dizia, segundo comentam, lastimar que todo o norte da América do Sul, com a Amazônia brasileira, não estivesse em mãos dos ingleses. No fundo era um imperialista, autêntico representante da era vitoriana e contra os latino-americanos. Veio a morrer pobre e esquecido em 1893. As notas de suas viagens foram reunidas e depois publicadas por seu antigo amigo, Alfred Wallace em 1913, em 2 volumes.

Além dos naturalistas acima referidos acrescentaremos ainda mais três desses homens intrépidos que contribuíram de modo relevante, e em certos aspectos com maior importância que outros, para o conhecimento científico da Amazônia em particular, como Alfred R. Wallace, Henry W. Bates, e Charles R. Darwin para a América do Sul e a Ciência de modo geral, o qual estabeleceu as bases do moderno evolucionismo. Todos ingleses, ávidos por adquirir conhecimentos em outros continentes e também impulsionados pelo espírito de aventura no verdor da juventude. Wallace e Bates eram de origem modesta, enquanto Darwin possuía uma ascendência mais ilustre e pertencia à classe média alta da velha burguesia inglesa de formação esmerada.

Charles Darwin

Charles Darwin acabara de bacharelar-se em Cambridge, quando em 1830 recebeu convite para participar de uma viagem no brigue *Beagle* de

Sua Majestade, por decisão do Almirantado, comandado pelo jovem Capitão Robert Fitz Roy, com o fim de inspecionar a porção mais meridional da América do Sul, Austrália, Nova Zelândia e ilhas dos Oceanos Pacífico e Índico, retornar pelo Estreito de Magalhães ao Atlântico até a Inglaterra. Nessa ocasião Darwin era muito jovem, pois nascera a 12 de janeiro de 1809 na cidadezinha de Shrewsbury, contando, então, 22 anos.

O *Beagle* partiu do porto de Plymouth, Inglaterra a 21 de dezembro de 1831, com Darwin a bordo na qualidade de naturalista, observador e coletor de amostras da natureza, tanto quanto interessasse à Ciência. Em fevereiro de 1832, Darwin visitou rapidamente o Arquipélago de Fernando de Noronha, Brasil, seguindo logo para Salvador, Bahia, onde chegou em março. Aí Darwin permaneceu duas semanas, explorando as matas circunjacentes, coletando espécimes da flora e fauna. Não escondia o desagrado que tinha pelo povo do Brasil, que ele considerava gente desprezível de espírito e miseráveis no corpo porque era uma nação escravagista. Darwin tinha horror à escravidão do homem pelo homem e condenava todos os povos que a praticavam, inclusive os seus compatriotas. No Brasil o que mais apreciava era, sem dúvida, a sua exuberante natureza, com sua flora e fauna ricas. Do Rio seguiu o *Beagle*, em julho, rumo ao extremo do continente, o Rio da Prata e Patagônia. Darwin excursionou então pelas regiões do Uruguai a partir de agosto de 1832, parte da Argentina com os seus pampas, o Rio Paraná, área de Buenos Aires e toda a Patagônia, Estreito de Magalhães, as ilhas Malvinas (ou Falklands), a Terra do Fogo e o Cabo Horn, até maio de 1834. Aí nessa terra desolada, varrida por temporais e coberta de gelo, o Capitão Fitz Roy descobriu um novo canal de passagem, o qual foi designado Canal Beagle (hoje limite entre Argentina e Chile). Saindo de vez do Estreito de Magalhães, subiram as costas do Continente e ancoraram em Valparaíso (Concepción) em julho de 1834. O *Beagle* passou uma grande temporada nessa região, onde Darwin pôde subir os Andes e estudar a flora, a fauna e a geologia a 3.000m de altitude em Portillo. Depois seguiu por terra para Santiago em abril de 1835, rumando depois, em junho, para o Porto de Copiapó. Em julho zarparam para a cidade de Lima, capital do Peru, onde ficaram até fins de agosto, quando partiram para as Ilhas Galápagos pertencentes ao Equador, aqui o vértice das pesquisas que Darwin empreendeu em toda a viagem. Um pouco antes, entre Valparaíso e Santiago, o *Beagle* visitara as Ilhas Juan Fernandez ao longo da costa chilena. Das Galápagos, o *Beagle* atravessou o Pacífico e escalou em várias ilhas e na Austrália, e na Nova Zelândia até o Índico, daí retornando ao Estreito de Magalhães. Subiram o Continente, parando de novo em Salvador e depois em Recife, rumando, após para a Inglaterra onde chegaram em 1836.

O resultado das explorações, Darwin publicou-o em um livro sob o título: "Journal of Researches into the Geology and Natural History of the Various Countries visited by H.M.S. Beagle under the command of Capt. Fitz Roy R.N. from 1832 to 1836", Londres, 1839. Uma edição em língua portuguesa foi traduzida com o título: "Diário das Investigações

sobre a História Natural e Geologia dos países visitados durante a viagem ao redor do mundo pelo navio de Sua Majestade Beagle sob o comando do Capt. Fitz Roy", 1871 (parece ser uma segunda edição), Portugal. Também existe uma edição inglesa publicada, em 1845, por Darwin com o título "A Naturalist Voyage round the world", a qual tem servido para outras edições no Brasil na década de 1940. O ponto alto de suas investigações foram demoradas e somente em 1859, publicou a obra "A origem das espécies", que o tornou famoso no mundo todo por ter estabelecido a teoria da evolução nas espécies animais. Faleceu a 19 de abril de 1882. Seus restos mortais foram repousar na Abadia de Westminster ao lado de Isaac Newton.

Alfred Wallace e Henry Bates

Alfred Wallace e Henry Bates completaram, neste ano de 1.990, 142 anos das explorações científicas que empreenderam à Amazônia. Ambos tornaram-se amplamente conhecidos no Brasil, mais particularmente no Vale Amazônico, pela maneira como viveram, pelo modo como interpretaram suas viagens e pela grande simpatia que nutriram pelos habitantes da região. Entretanto Bates suplantou a Wallace e a quase todos os naturalistas e viajantes que por aqui passaram antes ou depois, pela sua sinceridade e simplicidade de cidadão, sentindo a fundo os hábitos e costumes de um povo, quase amazonizando-se. Seu livro de viagens ao Rio Amazonas é o mais delicioso, honesto e coerente que já escreveu um estrangeiro sobre a nossa região e talvez só a ele se igualem Martius, Spix e Herbert Smith. Henry Bates soube penetrar no espírito do amazoníada, compreendendo, com aquela sensibilidade rara de europeu, o atraso e o progresso da região de sua época, mas ditando vaticínios futuristas positivos que na atualidade quase se realizaram. Por isso consideramos Bates, sem dúvida, um exímio e continuador das explorações de Alexandre Ferreira. Bem distinto foi Bates de Spruce e de tantos outros naturalistas e viajantes que só pensavam em explorar as riquezas do Brasil, em troca de nada.

Tanto Wallace quanto Bates eram ainda muito moços quando chegaram em Belém, a 26 de maio de 1848. Wallace nasceu em 8 de janeiro de 1823, na pequena cidade de Usk. Estudou apenas o curso necessário para uma carreira de professor. Em 1844 transferiu-se para a cidade de Leicester, onde ensinou em escola pública. Aí encontrou Henry Bates e ambos tornaram-se amigos íntimos. Bates um pouco mais novo, nasceu justamente em Leicester, em 18 de fevereiro de 1825, estudando o suficiente para ajudar o pai no comércio local, ao mesmo tempo que se esforçava para adquirir conhecimentos de História Natural, os quais se ampliaram no relacionamento com Wallace, que já estava mais entrosado nisso.

Depois de decidirem explorar a Amazônia, os dois naturalistas partiram de Liverpool num pequeno navio a 26 de abril de 1848, ancorando em Belém no dia 28 de maio seguinte, onde tiveram o gosto de contemplar alguns dias depois, a luxuriante floresta e sua rica fauna, que então

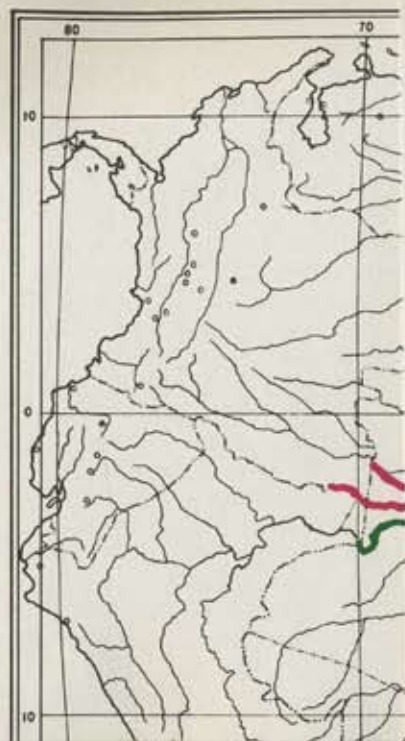
cercavam a cidade, num raio de 2 quilômetros. O roteiro das explorações de Wallace e Bates são os mesmos no início, em conjunto, separando-se depois, embora no mesmo itinerário até o Rio Negro, que foi explorado por Wallace, enquanto Bates investigou o Amazonas até Tabatinga.

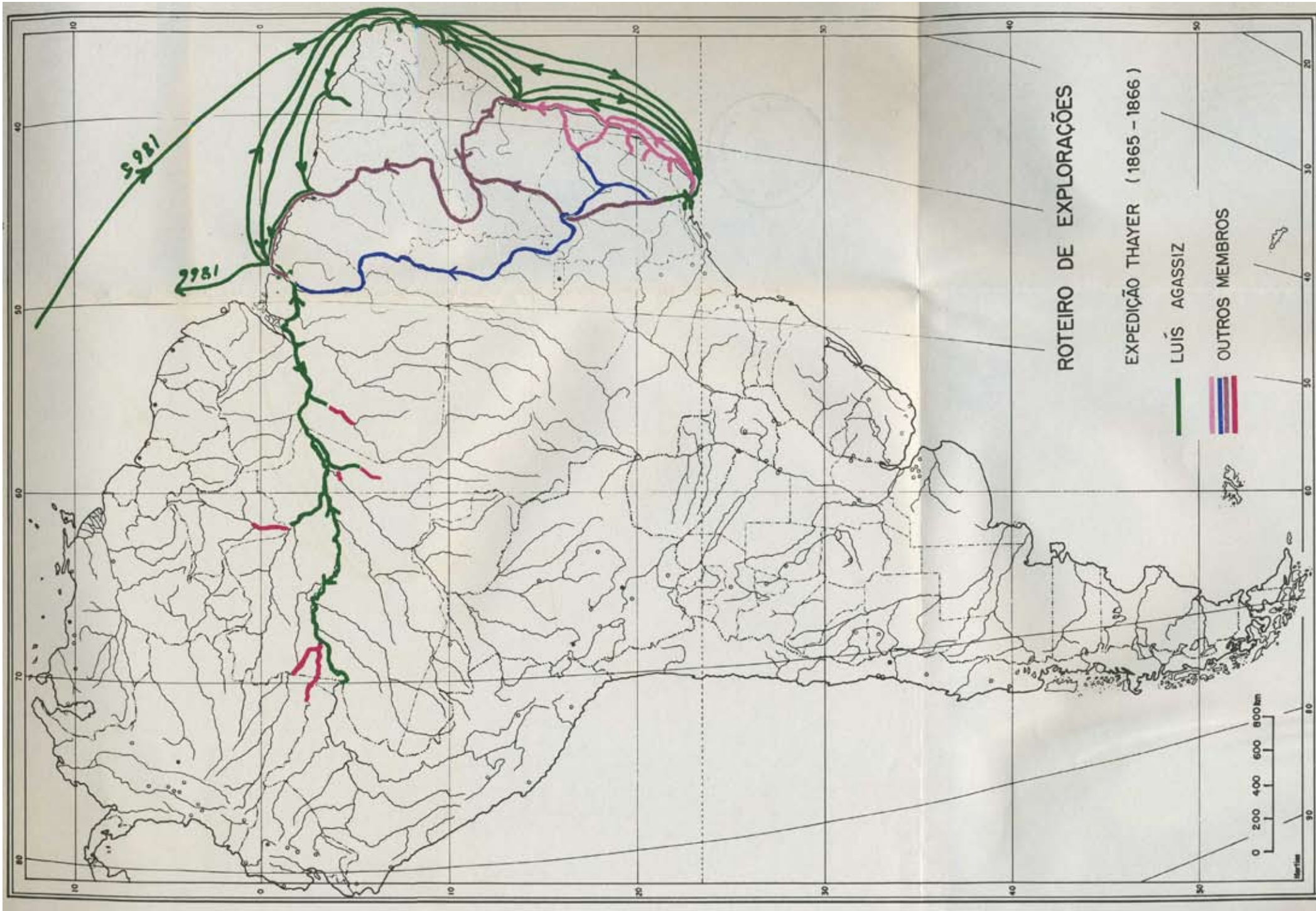
Após 3 meses, coletando espécimes de vertebrados e invertebrados (aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes, insetos, aracnídeos, conchas, crustáceos, miriápodos e outros), os dois naturalistas exploraram o Tocantins até fins de setembro, alcançando as primeiras cachoeiras do rio, acima da antiga vila de Alcobaça, hoje Tucuruí. Reuniram-se em Belém de novo. Daqui, Wallace viajou só para a ilha de Mexiana em 3 de novembro, onde a explorou até o fim do ano e no retorno passou uma semana numa fazenda em Marajó. Em começos de janeiro de 1849 estava em Belém. Enquanto isto, Bates foi passar uma temporada maravilhosa na ilha Carnapijó, situada entre o Guamá, Moju, Tocantins e baía de Marajó. Ali, fica a Vila do Conde e Barcarena (antiga Bracarena). Bates foi instalar-se num grande sítio chamado Caripi, onde depois esteve Spruce, cujo proprietário era um escocês (parece que o lugar é hoje desaparecido). Ficou no local coletando insetos, de 7 de dezembro até 12 de fevereiro de 1849. Voltou a Belém onde se encontrou com o amigo e ficaram aí até 5 de setembro, quando partiram para navegar o Rio Amazonas acima, explorando várias localidades até Santarém onde aportaram a 9 de outubro e logo depois seguiram para Óbidos. Chegaram nessa cidade, a 11 de outubro, onde permaneceram até 19 de novembro de 1849. Um pouco antes, Wallace separara-se temporariamente de Bates e decidiu fazer suas próprias investigações. Em começos do ano de 1849 resolveu verificar o fenômeno da *pororoca* na vila de São Domingos, situada na junção dos rios Capim e Guamá. Observou o fenômeno e com isso pôde elaborar um esquema de como se forma a onda da pororoca. Retornou a Belém onde se encontrou com Bates na mesma casa em que moraram, no largo de Nazaré. Seguiu em companhia de Bates para Santarém, (citado acima) e depois exploraram a região de Monte Alegre, onde visitaram as famosas serras dos arredores. Em Santarém de novo, Bates e Wallace encontram-se com Richard Spruce, naturalista já referido antes. Em 19 de novembro partiram de Óbidos para a antiga cidade de Barra do Rio Negro (hoje Manaus), lá chegando a 31 de dezembro de 1850. Nessa cidade, Wallace e Bates depois de algum tempo, resolveram seguir rumos diferentes e definitivos.

Em 26 de março desse ano, Bates explorou o Alto Amazonas, estacionando um ano na Vila de Ega (hoje Tefé), até fins de março de 1851. Por circunstâncias diversas, retornou a Belém no final de abril, encontrando a capital do Pará assolada pelas epidemias de febre amarela e varíola, que faziam grande mortandade. Bates não escapou e foi vítima da febre amarela, conseguindo com esforço sobreviver.

Em contrapartida, Wallace embarcou para subir o Rio Negro no dia 31 de agosto de 1850, na expectativa de explorar toda a região pelo espaço de um ano. Em outubro alcançava as cachoeiras do Rio Negro e a cada dia os obstáculos naturais aumentavam. No dia 24 de outubro parava no

lugar Nossa Senhora da Guia e em seguida encontrou o Rio Içana, onde contactou com índios, conhecendo a zarabatana, a principal arma deles. Na região achava-se um seguro refúgio da bela ave conhecida como Galo da Serra (*Rupicola rupicola* (Linnaeus)), onde Wallace obteve, com o auxílio dos índios, 10 espécimes e mais 2 apanhados por ele mesmo. Aí conseguiu também uma ave muito rara, o Anambé calvo (*Calvifrons calvus* (Gmelin)). De novo em N. S. da Guia, Wallace teve oportunidade de conhecer uma pessoa muito famosa no Alto Amazonas e Rio Negro, o célebre Frei José dos Santos Inocentes, que em épocas passadas estivera ligado a fatos históricos da antiga Província do Grão-Para. Foi nessas selvas paragens que Wallace agora palmilhava, onde antes aí já estivera Alexandre Ferreira, que veio ele a encontrar na área dos Galos da serra (Serra de Cubate), uma bela e inteligente índia de 17 anos, filha do célebre naturalista Johann Natterer, quando ali se demorou em 1833. A estirpe germânica estava nela bem impregnada com a raça indígena, notou Wallace. No dia 27 de janeiro de 1851, Wallace sai de N. S. da Guia para explorar o Rio Negro mais acima, até Yavita em território da Venezuela, parando antes em Mabé, foz do Xié, Vila de Marabitanas, a serra de Cucuí, limites do Brasil, seguindo depois para S. Carlos, a principal vila na Venezuela; alcançando a foz do Cassiquiare, o célebre canal que interliga o Rio Negro com o Rio Orenoco. Depois passou por S. Miguel e a 10 de fevereiro na vila de Tomo e em seguida Maroa e adiante a foz do Pimichin onde entrou, estacionando na vila desse nome. Através de um caminho pela floresta, Wallace seguiu para Yavita à margem do Igarapé Temi, onde chegou em 20 de fevereiro, permanecendo aí até 31 de março de 1851. Wallace alcançara os locais mais remotos que separam as bacias do Amazonas/Negro e Orenoco. Em fins de abril retornou a Guia e daí a 3 de junho rumou pelo Rio Uaupés, subindo-o; passou pelas vilas de S. Joaquim, S. Jerônimo e Jauareté, onde viviam várias tribos índias; varou as múltiplas cachoeiras do Uaupés, onde ficou uma semana; depois retornou a S. Joaquim e daí para Manaus, alcançando-a no dia 15 de setembro. Passou 15 dias nessa capital, encontrando-se de novo com R. Spruce, e juntos partiram para subir de novo o Rio Negro no dia 16 de setembro. Wallace fazia a segunda viagem àquele rio, enquanto Spruce acompanhou-o apenas um dia. Estacionou em S. Gabriel e depois em S. Joaquim em novembro. Aí, atacado de febre amarela, Wallace ficou até 16 de fevereiro de 1852. Nesse dia partiu outra vez para subir o Rio Uaupés. Atravessou cerca de 50 cachoeiras e avançou o quanto pôde até o sítio chamado Mucura, onde viviam índios e dois negociantes de salssaparrilha. Alguns quilômetros acima estava a cachoeira Jurupari, que não conseguiu alcançar. Com dificuldades, retornou daí até S. Jerônimo, onde permaneceu até 23 de abril. Nesse dia partiu para Manaus, onde chegou a 17 de maio, momento em que a cidade se tornara a capital da nova Província do Amazonas, em 1852. Wallace saiu dessa cidade no dia 10 de junho, para descer o Rio Amazonas até Belém, parando em Óbidos, Santarém, Gurupá, Breves e outros lugares. No dia 2 de julho estava na capital do Pará, encontrando a cidade





ROTEIRO DE EXPLORAÇÕES

EXPEDIÇÃO THAYER (1865 - 1866)

— LUÍS AGASSIZ

— OUTROS MEMBROS

0 200 400 600 800 km

Maritime

com algumas alterações. Por fim, depois de empacotar as últimas coleções de plantas e animais, Wallace despediu-se dos amigos e deixou Belém no dia 12 de julho, no brigue "Helen", o qual no dia 6 de agosto incendiou-se em alto mar, afundando em seguida, levando toda a carga do barco e a bagagem do naturalista que assim perdeu tudo. Wallace e os tripulantes salvaram-se após ingentes esforços até que foram socorridos por outro navio dias depois, próximo das ilhas Bermudas. No dia 1º de outubro de 1852 Wallace descia na Inglaterra no porto de Deal, na região do Canal da Mancha. As explorações na Amazônia tinham durado exatamente 4 anos. Já em outubro de 1853, Alfred Wallace publicava os resultados da viagem no livro "A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro", Londres. A primeira edição em português foi publicada em 1939, pela Companhia Editora Nacional, série Brasileira, São Paulo com o título "Viagem pelo Amazonas e Rio Negro", por sinal mal traduzida. Uma segunda edição em português saiu pela Editora Itatiaia e Universidade de S. Paulo, 1979. Também não ficou boa esta edição tanto na tradução como nos comentários que são deficientes e defasados no tempo, informando menos que a anterior. Wallace viveu muitos anos, apesar dos perigos que enfrentou na vida de explorador, vindo a falecer a 7 de novembro de 1913 com 90 anos. Wallace ficou famoso, porque além de zoólogo foi um grande pioneiro nos estudos de zoogeografia e por estar ligado a Darwin na teoria da evolução biológica, sobre a qual foi publicado um sumário em conjunto, em julho de 1858, sobre a origem das espécies.

Henry Bates continuou na Amazônia por mais 7 anos, sem pressa, com paciência e por isso foi mais bem sucedido nas suas viagens e coletas. Como já vimos, Bates retornara de Ega (Tefé) em abril de 1851 para Belém. Em novembro desse ano preparou-se de novo para subir o Amazonas estacionando em Santarém, onde explorou os arredores, colecionando exemplares da fauna local, em particular insetos, dos quais as borboletas e vespas eram a sua predileção. Permaneceu na área até junho de 1858, quando resolveu explorar o Tapajós, partindo no dia 8 desse mês, parou em Alter do Chão, depois Boim, Pinhel e Aveiros, onde ficou um mês e meio, até 2 de agosto. Nesse dia rumou para o rio Cupari, um afluente do Tapajós, subindo-o, onde após alguns dias se encontrou com grupos de índios Mundurucu. A 26 de agosto retornou para o Tapajós, navegando-o a 21 de setembro. Voltou a Aveiros e nessa noite desceu o Tapajós, parando em alguns sítios, até que em começos de outubro já estava em Santarém. Nessa região Bates permaneceu explorando a fauna até 1854, dos quais dois anos ele nada relata em seu livro de viagens, nem a maneira como passou esse tempo. Em 1855 voltou a subir o Rio Amazonas até Manaus e depois foi investigar, minuciosamente, o Alto Amazonas, (Solimões), estacionando em Ega (Tefé) 3 anos e na Vila de S. Paulo de Olivença, Fonte Boa e Tonantins, até fevereiro de 1859. Antes porém, em novembro de 1856, embarcou em Ega, no primeiro navio a vapor que navegava o Amazonas, o "Tabatinga", para visitar Tonantins; nele viajou mais outra vez em setembro de 1857 para estacionar em São Paulo de Olivença. Em toda essa

região, Bates teve ocasião de visitar várias tribos indígenas, das quais os Tucuna, Xumana, Passé, Cambeba, Colina, Caína e outras. Depois de uma longa permanência nessa região quase selvagem, fazendo vastas e importantes coleções da fauna, as quais foram básicas para o melhor conhecimento do Alto Amazonas, principalmente no aspecto zoogeográfico, em comparação com as regiões limítrofes do Peru, Colômbia e Equador, Bates retornou a Belém no dia 3 de fevereiro de 1859, bastante doente. Ele pretendia ir mais longe, se fosse possível, e chegar aos contrafortes da Cordilheira dos Andes peruanos. Não conseguiu. Por fim chegou a Belém a 17 de março desse ano, encontrando a capital do Pará completamente transformada, em desenvolvimento, crescendo, em alguns aspectos para melhor e por outro lado para pior, na própria opinião de Bates. Ficou na cidade, restabelecendo-se, contactando com os amigos e visitando os antigos lugares de coleta de 1848, que estavam então desaparecendo, até 2 de junho de 1859, quando embarcou para Inglaterra, via Nova York. Henry Bates sentiu tristeza ao deixar a Amazônia, onde vivera 11 anos, como se fosse um de seus habitantes na simplicidade do comportamento, diante da majestade da natureza. Por isso ele denominou esta região de o "Paraíso do Naturalista". Na Inglaterra, depois de alguns anos de recuperação, resolveu editar o seu livro de viagens, por insistência de Charles Darwin, que finalmente foi publicado em 1863 com o título "The Naturalist on the Amazon River". A primeira edição em português saiu pela Companhia Editora Nacional, série Brasileira, São Paulo, em 1944, 2 volumes, intitulado "O Naturalista no Rio Amazonas", e cuja tradução com comentários muito bons, foram feitos pelo zoólogo Cândido de Melo Leitão. Existe uma segunda edição em língua portuguesa feita pela Editora Itatiaia e Universidade de São Paulo, de 1979, muito inferior à edição anterior, excetuando as figuras que são mais perfeitas. Henry Bates faleceu em Londres em 16 de fevereiro de 1892, com quase 67 anos, portanto vivendo muito menos que seu amigo mais velho Alfred Wallace. Bates ficou famoso nos círculos científicos, não apenas pela viagem ao Amazonas, mas principalmente pela descoberta do mimetismo animal e conhecido como "mimetismo Batesiano", quando uma espécie imita outra, mesmo de grupos diferentes como uma borboleta com o aspecto de uma vespa ou de beija-flor. Este assunto foi neste século largamente estudado por biólogos com todas as minúcias.

Dos muitos homens de ciência que viajaram e investigaram com resultados positivos para o Brasil em geral e para a Amazônia especialmente, foi Luís Agassiz e alguns membros de sua expedição, realizada entre 1865 e 1866. Agassiz foi um cientista distinto, que se tornou famoso mundialmente pelas suas pesquisas e teorias, embora algumas não tenham sido aceitas. Era cordial, sensato, honesto e nutria uma amizade sincera para com o Brasil. Um dos poucos cientistas estrangeiros que naquela época possuía esse comportamento. Por isso sua morte prematura foi extremamente lamentada em todo o mundo, muito mais no Brasil e em particular na Amazônia, mais precisamente em Belém onde fizera um bom número de amigos.

Antes de tudo precisamos saber como foi a trajetória deste grande naturalista e como se tornou famoso, do mesmo modo como esboçamos os naturalistas já citados.

Jean Louis Rodolphe Agassiz

Jean Louis Rodolphe Agassiz, mais conhecido como Luís Agassiz, nascera na Vila de Môtier, no Cantão de Friburgo, Alpes Berneses, Suíça, em 28 de maio de 1807. Sua família de ascendência francesa, mas de crença huguenote, fugiu para a Suíça no tempo do Rei Luiz XIV. Agassiz era bem dotado, física e mental, acima do normal. Desde a infância mostrava predileção pela natureza de modo geral, em especial pelos animais. Estudou o ginásio em Lausanne e desde então decidiu dedicar-se à Ciência. Coursou a Escola de Medicina de Zurique nos anos de 1824 a 1826, objetivando aprofundar-se na anatomia humana e animal. Com 19 anos matriculou-se nas Universidades alemãs de Heidelberg e Munich em 1827. Nessa fase apaixonou-se por Cecile Braun, uma dedicada jovem, irmã de Alexander Braun, companheiro de Agassiz na Universidade. Casaram-se em 1833, depois que concluiu o curso na Universidade de Munich, obtendo o título de Doutor em Filosofia. Antes porém, entre os anos de 1827 e 1829 Agassiz foi convidado pelo célebre naturalista Carl Martius para encarregar-se do estudo dos peixes do Brasil, coletados em 1820 por ele e Johann Spix, porquanto este falecera em 1826 sem poder levar adiante os estudos da fauna brasileira, de modo que Agassiz encetou o trabalho e publicou-o em 1829, em tamanho in-folio com textos em latim e 80 estampas coloridas. Tinha então 22 anos, mas este encontro com a fauna Neotropical, definira-lhe o rumo na vida mais tarde. Em 1830 obteve também o título de Doutor em Medicina, conforme desejo de seus pais.

Em seguida, comunicou-se com Alexandre Humboldt para acompanhá-lo a uma exploração nos Montes Urais na Rússia, mas já era tarde demais. Depois resolveu viajar até Paris, onde se entrevistou com o famoso Barão Georges Cuvier, um dos mais afamados cientistas da época e fundador da moderna paleontologia. Com ele ficou estudando os fósseis de várias procedências (em especial ossos de peixes) e com seu amigo pintor Joseph Dinkel. Mas Cuvier, velho e adoentado veio a falecer em 13 de maio de 1832, deixando Agassiz desestimulado, e mais abalado por falta de recursos financeiros. Nessa situação vem em sua ajuda o velho Humboldt que lhe acudiu em recursos e depois conseguiu-lhe a cátedra de professor na Universidade de Neuchâtel, Suíça em 1832. Em tal posição, granjeou mais fama e prestígio pelo trabalho que desenvolveu ali. Agassiz gostava das crianças e de estar com elas, ensinando-as e inculcando-lhes o amor à natureza através de suas preleções que eram dadas ao ar livre de modo que a garotada o tinha em alta estima.

Depois de estudar os peixes fósseis, Agassiz resolveu investigar as geleiras eternas dos Alpes suíços e durante 10 anos, de 1836 a 1837, dividiu todo seu trabalho científico, com a de professor e com a assistência

à família que crescia com o nascimento dos filhos. No complemento de sua imensa atividade, Agassiz achou que já tinha feito tudo na Europa e então pensou em viajar aos Estados Unidos.

Finalmente chegara a ocasião de visitar aquela nação, quando a direção do Instituto Lowel de Boston, por interferência do célebre geólogo inglês Charles Lyell, convidou Agassiz para apresentar uma série de conferências sobre a Idade do Gelo e Geleiras. Em outubro de 1846 já estava em Boston, e nessa ocasião já tinha 39 anos. Os americanos proporcionaram-lhe viagens a vários pontos do país e sempre acompanhado de cientistas (como o famoso botânico Asa Gray de Harvard) e professores. Realizou grandes coleções de peixes e de outros animais, mantendo-as em sua casa de Boston. Nessa fase a Universidade de Harvard ofereceu-lhe um cargo de professor em 1847, que veio definir de vez sua vida nos Estados Unidos. Agassiz não trouxera a esposa e nem os filhos, o que não aconteceria tão cedo. Em 1848, sua esposa Cecile (ou Cily como era conhecida) veio a falecer, por isso o cientista aguardou mais um tempo para trazer o filho Alexandre e as filhas que por fim chegaram em 1849. Desse modo, Agassiz com os filhos foi morar na parte leste de Boston, conhecida como Cambridge. Em 1850 conheceu uma americana de nome Elizabeth Carey, na casa de um colega professor, a qual pertencia a uma família tradicional dessa cidade, uma mulher de capacidade intelectual elevada. Era o que Agassiz necessitava nessa fase, de modo que não demorou a casar-se com Elizabeth. Faltavam entretanto duas coisas para Luís Agassiz completar os seus desejos. O primeiro era criar um Museu de História Natural, para que os especialistas e o público pudessem ter à mão "um epítome da criação", no seu entender; e segundo, realizar uma viagem à América do Sul.

Em 1859 conseguiu fundar o Museum of Comparative Zoology (Museu de Zoologia Comparada) em Harvard inaugurado em 1860, com doações em dólares feitas pelo governo, amigos e povo, tornando-se o maior centro para estudos de zoologia nos Estados Unidos e no mundo, ainda hoje permanente.

Por essa época (1859), Darwin publicava, na Inglaterra, o livro "A Origem das espécies através da Seleção Natural", a obra revolucionária que fundamentaria a Biologia moderna. Entretanto Luís Agassiz contestou até o fim a concepção da evolução exposta por Darwin e assim manteve-se firme em sua opinião. Agassiz era religioso por herança de família e por formação, de modo que jamais renunciaria à crença de intervenção divina na formação e origem da vida. Na verdade foi um cientista metafísico.

No inverno norte-americano de 1864-1865, Agassiz estava com a saúde abalada pelo excesso de trabalho físico e mental. Foi aconselhado pelos médicos e amigos a mudar de clima, tomar umas férias. Por isso o seu desejo de visitar o Brasil, desde a juventude, pesou bastante para efetuar essa viagem. Em 1863 o cientista suíço aceitou naturalizar-se norte-americano.

Finalmente, Agassiz conseguiu transformar uma simples viagem de férias ao Brasil em uma importante e organizada expedição científica, logo que o grande benfeitor e amigo de Harvard, Nathaniel Thayer propôs o financiamento de parte do projeto. Também no Brasil o Imperador D. Pedro II custearia a sua estada no país, além da assistência prestada pela Marinha dos Estados Unidos. No Brasil o apoio oferecido pelo Imperador e pelos presidentes das várias províncias por onde Agassiz passaria bem como a atenção de outras autoridades e pessoas de modo geral, facilitaram grandemente as explorações que Agassiz e seus auxiliares levaram a efeito. A expedição se compunha de vários membros, além de sua esposa Elizabeth Agassiz, cientistas, alunos e auxiliares. Os principais membros eram Jacques Burkhardt, desenhista; John Anthony, especialista em moluscos (conchas); Frederick Hartt e Orestes Saint-John, geólogos, John Allen e Newton Dexter, ornitólogos e George Scena, preparador; entre outros vinham também William James que mais tarde se tornou famoso como filósofo e que adotou novos rumos e métodos na filosofia experimental como cultor das ciências naturais e criador do movimento pragmatista; Thomas Carey, irmão de sua mulher, que deixando depois a expedição, foi visitar Montevideú, Buenos Aires e outros lugares. No Brasil agregou-se ainda à expedição, de modo voluntário e por autorização do próprio Imperador, João Martins da Silva Coutinho, Major de engenheiros do Exército brasileiro, em julho de 1865, no Rio de Janeiro, além de outros que nessa cidade se juntaram a Agassiz. A seguir faremos um esboço sumário das explorações realizadas no Brasil pela "Expedição Thayer", como ficou conhecida.

Partiram de Nova York a 1º de abril de 1865, durante os últimos momentos da Guerra de Secessão (o norte contra o sul, iniciada em 1861) que ensanguentara os Estados Unidos por 4 anos, e no dia 15 desse mesmo mês o Presidente A. Lincoln era assassinado. Viajando no paquete "Colorado", no dia 17 passaram diante de Olinda e Recife, Pernambuco; a 23 estavam desembarcando no Rio de Janeiro, de manhã e logo de tarde Agassiz foi apresentar-se ao Imperador e agradecer-lhe todas as benevolências. Agassiz e companheiros esquadriharam as matas dos arredores do Rio até 12 de maio quando partiram de trem (a primeira importante via férrea do Brasil), através de Petrópolis para Juiz de Fora, Minas Gerais, até o dia 20; a 22 tinham regressado ao Rio. No dia 21 de junho voltaram de novo a Juiz de Fora, onde os naturalistas exploraram mais a fundo a região por alguns dias, retornando ao Rio no fim do mês. Em começos de julho Agassiz preparava-se para navegar para o Rio Amazonas, mas o início abrupto da guerra pelo prepotente Solano Lopez, ditador do Paraguai, em fins de 1864 e alastrada em começos de 1865, atrasou os planos de Agassiz.

No dia 23, agregou-se ao séquito de Agassiz o Major Silva Coutinho que atuaria como guia e orientador na exploração do norte do Brasil. Um pouco antes, Agassiz organizou dois grupos da expedição, sendo que um sob a chefia de C. Hartt e E. Copeland seguiram a 12 de junho para

estudar a geologia do litoral, do Rio a Salvador, mas antes, já tinham viajado para esta cidade o ornitólogo N. Dexter e auxiliar S. Thayer, enquanto o outro grupo com duas turmas, das quais a primeira pelo ornitólogo J. Allen, geólogo O. Saint-John e auxiliar T. Ward. Ambas as turmas partiram de Juiz de Fora em junho, separando-se em Barbacena; Allen e Saint-John desceram o Rio das Velhas, entrando no Rio S. Francisco, dobrando depois para Jacobina e Cachoeira na Bahia, até Salvador; apenas Allen, enquanto St. John tomou rumo do interior, entrando depois no Rio Guruguêia, para alcançar o Rio Parnaíba até Teresina e daí por terra entrou no Rio Itapicuru no Maranhão, descendo-o até São Luís. Enquanto isso, Ward atravessou o Rio S. Francisco em Januária, até alcançar o Rio Tocantins e descendo-o chegou em Belém, Pará. Todas essas turmas estavam encarregadas de coletar rochas, minerais, fósseis e exemplares da fauna.

De outro lado, Agassiz, o Major Coutinho e companheiros zarparam do Rio no dia 25 de julho no vapor "Cruzeiro do Sul" e a 28 ancoravam em Salvador, onde se encontraram com alguns membros que haviam seguido na frente. No dia 29, Agassiz deixou a capital da Bahia e a 30 estava descendo em Maceió, Alagoas, onde ficara um dia explorando a região. No dia 31 de julho, tocaram em Recife e a 1º de agosto zarparam para a Província da Paraíba do Norte (hoje Estado da Paraíba), onde chegaram na capital (hoje João Pessoa), no dia 2. Afastaram-se do local no dia seguinte e a 4 estavam em Fortaleza, Província do Ceará. No dia 5 navegaram para São Luís do Maranhão onde chegaram a 6, encontrando aí J. Saint-John adoentado. No dia 9 deixaram São Luís e rumaram para Belém, onde chegaram a 11 de agosto, mas às 3:00 h da tarde, um forte temporal recepcionou a comitiva de Agassiz, anunciando-lhe que a natureza portentosa o esperava aqui. No dia 12 desembarcaram de manhã, para duas embarcações enviadas pelo Sr. Pimenta Bueno, Diretor da Empresa de Navegação do Rio Amazonas. Toda a equipe de Agassiz ficou alojada em duas salas do prédio da Empresa adrede preparadas para tal. Aí Agassiz já encontrara T. Ward, chegado dias antes.

Nessa época, governava a Província do Pará o Dr. José Couto de Magalhães, Bacharel em Direito e Oficial do Exército, mais tarde General de Brigada, que era Presidente desde junho de 1864 e permaneceu até maio de 1866. Couto de Magalhães recebeu Agassiz com a maior consideração, pois era também um estudioso da natureza, com especial predileção para o problema indígena e para questões folclóricas, providenciando tudo para assegurar o sucesso da expedição na Amazônia. Os arredores de Belém foram explorados, inclusive algumas ilhas, onde se fizeram grandes coleções de plantas e animais.

À noite de 19 de agosto, Agassiz e comitiva embarcaram em um navio o "Icamiaba", para navegar o Rio Amazonas, até Manaus, durante um mês, especialmente posto à sua disposição. No dia 20 navegaram no Rio Pará, próximo às barrancas da ilha de Marajó e no dia seguinte atingiram a Vila de Breves. Agassiz ficou aí encantado com a enorme variedade de espécies de palmeiras, próximas umas das outras, admiração que antes

já tinha acontecido a Humboldt, Martius, Wallace e Bates. Também o número elevado de espécies de peixes deixou o naturalista atônito, o que ocorreu em toda a extensão do Amazonas. No dia 23 chegaram à Vila de Gurupá; logo depois navegaram na foz do Rio Xingu, parando em Porto de Mós. As colinas de Almeirim são avistadas no dia 24, chamando atenção o singular aplainamento da parte superior, o que ocorreu antes com Martius e Bates, sendo que este reproduz em seu livro de viagem um belo desenho das serras. A 25 estavam na vila de Monte Alegre e em Santarém chegaram a 26. Nesta cidade Agassiz determinou que N. Dexter e W. James (o futuro filósofo) e mais outros ficassem aí, a fim de subir o Tapajós e fazer coleções, talvez até Itaituba. Encontrar-se-iam em Manaus.

De Santarém o "Icamiaba" seguiu viagem no mesmo dia e logo depois passou por Óbidos, estacionando num local acima, para observação e coleta. No dia 1º de setembro navegaram o Rio Amazonas até Manaus, onde chegaram a 5. Os viajantes não gostaram da cidade, achando-a abandonada e atrasada, apenas uma reunião de casas em ruínas. Deixaram Manaus no dia 12 de setembro para navegar no Amazonas, agora em outro navio, rumando para Codajás e depois Coari. No dia 14 estavam na vila de Tefé (antiga Ega, ainda no tempo de Bates) seguiram em frente, alcançando Fonte Boa no dia 16 e a vila de Tonantins a 17. A Vila de São Paulo de Olivença tornou-se uma parada no dia 18 e por fim Tabatinga é alcançada a 20, região da fronteira do Brasil com o Peru. Nesta vila, Agassiz deixou uma pessoa de seu grupo para coletar espécimes da fauna local, enquanto em São Paulo de Olivença ficaram W. James e um auxiliar brasileiro a fim de subirem o Rio Içá ou Putumaio.

Agassiz e os outros membros retornaram para Tefé no dia 25. Nessa vila a comitiva permaneceu até o dia 23 de outubro (quase um mês) realizando toda a sorte de explorações, observações e coleta intensiva de plantas e animais (em especial os peixes), e estudando o clima, os índios e mestiços. Aguardavam também o retorno dos colegas deixados para trás. James e o auxiliar chegaram no dia 7 de outubro, após terem subido a uma boa distância os Rios Putumaio e Jutai, com importantes coletas. A antiga vila de Ega, tão famosa no século XVIII, como posto avançado da conquista portuguesa na Amazônia, recebeu Alexandre Ferreira em 1785 e mais tarde aí estiveram Martius e Spix em 1820, e muito anos depois H. Bates passara longo tempo aí. Ega encantara também Agassiz, pela sua natureza privilegiada.

No dia 23 de outubro a expedição deixou Tefé no "Icamiaba", onde se encontraram com o Sr. Bourget, uma das pessoas que Agassiz deixara em Tabatinga, o qual a partir daí, explorara o Rio Javari e o Amazonas peruano (conhecido como Solimões), onde fez ricas coleções. Somente o Purus não foi explorado. Chegaram a Manaus no dia 24, onde se encontraram com o deputado do Império, Aureliano Tavares Bastos, que viera no navio "Ibicui", o qual ficaria à disposição de Agassiz para a descida do Amazonas. Tavares Bastos ajudara muito Agassiz de várias maneiras e nessa época era um dos grandes defensores da Amazônia, propugnando

pela abertura do Rio Amazonas à navegação mercante estrangeira, o que de fato aconteceu em 7 de setembro de 1867.

Em Manaus, Agassiz e companheiros esquadriharam toda a região em busca do que era possível coletar. Daí, Agassiz expediu grupos (Talisman e Dexter para subir o Rio Negro e Rio Branco; Thayer e Bourget ficaram 10 dias em Codajás e James por igual tempo em Manacapuru), a fim de aproveitarem uma inesperada demora do navio que veio favorecer a expedição. Entre 6 e 10 de dezembro os membros da expedição estavam chegando, trazendo, ora mais ora menos coleções. No dia 12 de dezembro, Agassiz seguiu no "Ibicuí" para Maués, onde contactou com os índios Mundurucu, e estudou a flora e fauna. Retornaram a Manaus e passaram aí o Natal de 1865. No dia 27 a bordo do mesmo navio, Agassiz subiu o Rio Negro até a vila de Pedreira (antiga Moura, mas atualmente com este nome) e no dia 31 voltaram a Manaus. As solidões das florestas do Rio Negro deixaram Agassiz impressionado, como em outros tempos e local diferente acontecera com Humboldt em 1800. Permaneceram em Manaus até 15 de fevereiro de 1868, quando embarcaram no "Ibicuí" rumo a Belém; estacionaram nos mesmos locais da subida ou em outros, de modo que a expedição foi ampliando mais conhecimentos e obtendo maiores coleções. Das muitas paradas, Agassiz resolveu visitar a Serra de Ererê, já célebre, em Monte Alegre, no dia 27 de janeiro. Finalmente a 4 de janeiro o navio ancorou em Belém e a comitiva foi hospedar-se no prédio da Companhia do Amazonas por conta do Sr. Pimenta Bueno. Agassiz estava fatigado de longas e extenuantes explorações, mas jubiloso pelos resultados. O famoso naturalista estava para completar 59 anos. Após um descanso, Agassiz foi a Soure, em Marajó, no paquete "Tabatinga", a 28 de fevereiro, onde observou a geologia local, que nessa época não seria possível entendê-la apenas por observações de superfície, de modo que a geologia de Marajó e de muitas outras áreas da Amazônia só foram melhor conhecidas depois de 1950, quando a Petrobrás iniciou, em vários pontos, as perfurações profundas para sondagem de petróleo. A 29 de fevereiro Agassiz atravessou a baía de Marajó e o navio estacionou na cidade de Vigia, onde saltou e observou o aspecto geológico local, sempre o mesmo. A 5 de março, o naturalista desceu numa pequena ilha próxima de Belém que ele chamou "Tatuatuba" (na verdade é a ilha de Tatuoca) onde também observou a geologia da superfície. Agassiz realizou ainda uma exploração litorânea pelo Rio Pará, concluindo a viagem, e assim a célebre "Expedição Thayer" chefiada por Luís Agassiz deixaria Belém no dia 26 de março no vapor "Santa Cruz".

Antes porém da partida, os admiradores e amigos de Agassiz em Belém, pediram ao Sr. Pimenta Bueno que manifestasse ao naturalista o interesse que tinham em ouvi-lo pronunciar uma palestra sobre as suas idéias acerca da formação geológica da Amazônia. Esta conferência de Agassiz ficou célebre e foi ouvida por cerca de 200 pessoas no solar do Sr. Bueno, que ficava em Nazaré. Foi um sucesso, porque só um cientista da estatura de Agassiz podia atrair tantos interessados pelos assuntos científicos, nu-

ma cidade como Belém, onde há muito tempo não ocorria tal fato (talvez desde a época em que Alexandre Ferreira tinha vivido aqui nos anos de 1783 e depois 1792 ou mesmo antes com os antigos membros das Comissões Demarcadoras de limites portuguesas, questão já abordada no início deste trabalho) isto demonstrou que na capital do Pará ainda existiam pessoas cultas, ávidas de conhecimentos. Agassiz falou de improviso sobre suas pesquisas, porém mais tarde transferiu-a para o papel, quando se encontrava em Boston, publicando o tema na Revista "Atlantic Monthly", com o título "Physical History of the Amazon Valley", 1866. Depois, um sumário destas notas foi publicado no livro sobre a sua viagem ao Brasil, "A Journey in Brazil", 1868, Boston. Em seguida, foi traduzida para o francês "Voyage au Brésil", 1869, Paris, e por fim em português "Viagem ao Brasil", (1865-1866), pela Companhia Editora Nacional, série Brasileira, São Paulo, 654 páginas, 1939. Recentemente saiu uma segunda edição portuguesa pela Editora Itatiaia e Universidade de São Paulo.

A influência científica de Luís Agassiz, em Belém, foi muito profunda em 1866. O Museu Paraense estava para nascer, porque os homens interessados nesse evento, como Domingos Ferreira Penna, José Ferreira Cantão, Francisco Castro, José Malcher, Joaquim Assis, Acácio Corrêa e outros nomes ilustres, tiveram contato com Agassiz. Embora a criação de um Museu de História Natural já houvesse sido sugerida na Assembléia Provincial em 1861, a útil idéia não tinha se caracterizado até então. Supõe-se que Agassiz tenha lamentado a ausência de um Museu científico na maior cidade da Amazônia, então envolvida de tanta natureza exuberante e entrada para esta imensa região, formalizando o descaso que os brasileiros tinham para com as Ciências Naturais. Não era só aqui no Pará tal descaso, Agassiz notou também essa indiferença em outros lugares do Brasil por onde esteve, como no próprio Rio de Janeiro, onde o Museu Nacional encontrava-se abandonado e pobre, centro do poder Imperial, e às vistas do Imperador. A presença de Agassiz, no Rio, alterou esse "status", tanto que em seguida o Museu Nacional começava a ser melhor amparado.

Em Belém, Ferreira Penna teve contatos especiais com Agassiz e por mais de uma vez ofereceu-lhe coleções de peixes. A influência de naturalista tão famoso, agiu decididamente em Ferreira Penna para tornar a criação do Museu uma realidade, o que não demorou muito, pois em agosto ele já estava fazendo as primeiras reuniões preparatórias para no dia 6 de outubro de 1866, fundar esta instituição. Agassiz ainda devia retornar a Belém em julho desse ano.

Depois de deixar esta capital a comitiva de Agassiz seguiu viagem para o Rio de Janeiro em 26 de março, tocando em Fortaleza a 2 de abril. Daí foram explorar o interior do Ceará até a Serra de Aratanha e Baturité, onde Agassiz supôs terem existido antigas geleiras em épocas geológicas, como julgara também que tal tivesse ocorrido em vários pontos da Amazônia, também no Rio de Janeiro e outros locais. Agassiz tinha idéias enraizadas sobre a formação de geleiras e por toda parte via indícios dessas

ocorrências. Convicto disso esboçou a teoria dos Glaciares para as regiões tropicais, tal como as que existiram (e ainda existem) na Europa e América do Norte. Mais tarde as teorias deste cientista com referência à Amazônia, pelo menos, foram postas de lado por Charles Hartt e outros geólogos durante a fase de 1870 e depois neste século.

Por fim Agassiz deixou Fortaleza a 16 de abril e rumou para o Rio, com uma escala rápida em Recife, chegando na capital do Império a 21 ou 22 de abril, onde voltou a ter os necessários encontros com o Imperador e depois fez novas explorações nos arredores da cidade e também uma conferência no Colégio Pedro II. No dia 10 de junho a comitiva foi a Teresópolis, onde Agassiz encontrou-se com o botânico Auguste Glaziou, a fim de escalam a Serra dos Órgãos. Retornaram ao Rio a 13 de junho.

Depois de umas semanas nessa capital, Agassiz e comitiva seguiram para o norte, tocando a 8 de julho em Recife, rapidamente. Daí partiram rumo a Belém, onde chegaram a 12 desse mês, escala esta forçada por pedidos que os amigos e autoridades haviam feito, a fim de que Agassiz pudesse observar com atenção a Exposição de produtos naturais e manufaturados da Província, inaugurada no dia 10. Agassiz atendeu às solicitações e compareceu à Exposição no dia 12 ou 13, onde teve oportunidade de contactar e discutir com os interessados várias questões pertinentes a produtos naturais. Um dos membros que compunha a Direção da Exposição Provincial era justamente Ferreira Penna, que ainda tinha o cargo de Secretário do Governo, o qual deve ter aproveitado bastante o convívio com o naturalista, o que resultou no reforço necessário para a criação do Museu Paraense. Tanto isto é verdadeiro que, logo após Agassiz ter embarcado de vez para os Estados Unidos, Ferreira Penna iniciou sondagens e reuniões (no dia 21 de julho) com pessoas de Belém, interessadas e de relevo, a fim de fundarem o Museu do Pará, o que acabou sendo realizado a 6 de outubro seguinte.

De retorno aos Estados Unidos, Luís Agassiz realizou várias conferências sobre suas explorações no Brasil, mostrando os resultados obtidos, em cidades daquele país. Depois, recomeçou com grande intensidade suas pesquisas com o material deste país e outros estudos locais. O excesso de trabalho, porém, vinha-o esgotando a tal ponto que algum tempo depois sobreveio-lhe um ataque de paralisia. Recuperado conseguiu efetuar explorações no Pacífico Sul e a convite esteve em Santiago do Chile. Ainda em 1872 escalou rapidamente em Recife e Rio de Janeiro. Em 1873 Agassiz já estava bastante fatigado e com muito esforço chegava ao Museu de Zoologia Comparada de Cambridge, o seu santuário. Sentia-se enfraquecido, mas o cientista era religioso e "cantava sempre um silencioso salmo ao Deus criador que ele conhecia e adorava". Por fim no dia 12 de dezembro de 1873, Luís Agassiz falecia quase de repente em sonolência. Agassiz tinha sido o cidadão e o cientista que mais impressão causou aos brasileiros do século passado e por muitas décadas permaneceu sua imagem, pelo seu comportamento afável, educação, sabedoria e pela profunda e sincera simpatia que nutria pelo Brasil e os seus habitantes de modo geral.

Sua morte consternou a todos em todos os lugares onde era lembrado. Muitas informações citadas neste sumário, foram tomadas, principalmente, nos livros seguintes: "Vidas de Grandes Cientistas", páginas 133-147, H. Thomas e D. Thomas, Editora Globo, sem data; "Famosos Naturalistas" páginas 65-86, 1866, Lorus J. e M. Milne, Editora Lidador, 1964; "Viagem ao Brasil" (1865 — 1866), Luís Agassiz e Elizabeth Agassiz, 654 páginas, Companhia Editora Nacional (coleção Brasileira), 1938; além de informações em trabalhos pequenos e em jornais de Belém de 1865/1866 (o Gram Pará e o Jornal do Amazonas).

Em continuação à mesma exposição que estamos discorrendo sobre os naturalistas que exploraram as várias regiões da América do Sul (como os lhanos do Orenoco, os Andes, a floresta Amazônica, a caatinga e o cerrado brasileiro, os pampas argentinos e as terras desoladas da Patagônia), posteriores ao luso-brasileiro Alexandre R. Ferreira, muitos mereciam a mesma abordagem, não somente pelo mérito pessoal como pela importância das pesquisas que realizaram. Alguns são de grande relevo científico internacional, outros simples exploradores. Na realidade poucos desses homens contribuíram para o desenvolvimento direto do Brasil, seja ampliando os laços de amizade com o nosso país, (naturalmente nos referindo aos estrangeiros), como foi o caso de F. Martius, A. Saint-Hilaire, G. Langsdorff e companheiros, H. Bates, L. Agassiz, C. Hartt e companheiros, H. Burmeister, F. Keller-Leuzinger, ou então fixando residência aqui. A maioria, como já notamos anteriormente, levou do Brasil e de outros países sul-americanos o que bem quis e entendeu, sem que as autoridades nada exigissem deles, o que quer que fosse, em troca. Apenas enriqueceram os Museus de muitos países da Europa e Estados Unidos, tornando-os mais valiosos, pluralistas e universalistas. É claro que o resultado das suas pesquisas e explorações na América do Sul não deixou de produzir, em alguns aspectos, conhecimentos a curto prazo para a Ciência em geral e a longo prazo para os países visitados.

Entretanto, voltando ao assunto referido acima, afirmamos que uma abordagem mais ampla e profunda como a que foi feita aos nove naturalistas que tiveram seus roteiros nos mapas anexos, exigiria um estudo mais demorado e abrangente, sem dúvida de grande importância para a compreensão do desenvolvimento da História Científica da América Meridional, visando mais ao Brasil e mais particularmente à Amazônia, mas que no presente trabalho escapa de todo ao objetivo primordial deste nosso estudo, que é o naturalista brasileiro Alexandre R. Ferreira e sua célebre Viagem Filosófica, analisado sob outro ângulo. Mas para que este trabalho não fique tão parcial como poderia parecer, acrescentamos uma lista com mais 21 nomes desses naturalistas, viajantes e exploradores, que muito contribuíram, como os anteriores citados para o desbravamento científico deste continente, fazendo-lhes a menção sumária da vida, viagens e resultados dos estudos. Esta seqüência de nomes selecionados, naturalmente, abrange o período que se estende de 1801 até 1876, apenas, porque

daí para diante seria outra etapa a analisar. Os anos entre parênteses, junto ao nome dos naturalistas referem-se ao período de exploração.

Frederick G. Sieber (1801-1807) naturalista, viajante alemão do Museu de Berlim, auxiliar do célebre naturalista J.C. Conde von Hoffmannsegg, também germânico. O Conde Hoffmannsegg era botânico e zoólogo e pelos fins do século XVIII trabalhou em Portugal. Obteve então do Príncipe Regente autorização, pela confiança de que era merecedor, para que o seu auxiliar F. Sieber viesse explorar algumas áreas do Grão-Pará, a fim de obter coleções da flora e fauna. Sieber permaneceu na região de 1801 a 1807, ao que sabemos, visitando a região de Belém, o baixo Tocantins, talvez Marajó e o médio Amazonas até Santarém. Uma parte do material coletado foi estudado pelo próprio Hoffmannsegg (plantas, mamíferos, em especial símios e aves) a partir de 1810 e mais tarde por outros botânicos e zoólogos alemães. Não houve uma descrição das viagens. F. Sieber foi o primeiro naturalista estrangeiro a serviço de outra nação a penetrar na Amazônia e efetuar coleções seriadas da fauna e flora. Quando Sieber chegou a Belém, governava o Grão-Pará o Capitão-General D. Francisco de Sousa Coutinho e quando saiu estava no poder o Capitão-General José Narcizo M. de Menezes. O Príncipe Regente ainda estava em Portugal.

Frederick Sellow (1814-1821) nasceu na Alemanha em 1789 e faleceu acidentalmente no Rio Doce, Minas Gerais. Como naturalista chegou ao Brasil em 1814 por intermédio do Barão von Langsdorff. Em companhia do príncipe de Wied-Neuwied e G. Freyreiss, viajou pelas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e sul da Bahia, em 1815-16. Em 1818-19 foi explorar Minas Gerais e S. Paulo na companhia do Embaixador da Prússia, Ignace von Ofers. Comissionado por D. João VI, Sellow foi explorar em 1821 as Províncias do Rio Grande do Sul e Cisplatina (mais tarde o Uruguai independente) em todas as direções. As coleções de História Natural que efetuou compunham-se de flora, fauna, mineralogia e observações geográficas e etnológicas. Muitas destas coleções estão no Museu Nacional do Rio de Janeiro e Museu de Berlim.

Maximilian A. Philipp, Prinz von Wied-Neuwied (1815-1817) príncipe, viajante, explorador e naturalista nascido na Alemanha em 1782 e aí falecido em 1867. O ardente desejo de explorar o Brasil, fez o príncipe de Wied-Neuwied vir ao Rio de Janeiro em 1815, onde se reuniu com mais outros dois naturalistas alemães, Georg Freyreiss (1789-1825) e Frederick Sellow (1789-1831), que já estavam no Brasil. Exploraram juntos as Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia (no Rio Mucuri, Freyreiss e Sellow separaram-se do príncipe de Neuwied e retornaram), e pelo interior dessa Província apenas o príncipe esteve, ainda, nos limites de Minas Gerais. As contribuições científicas do príncipe Maximilian são de alto relevo pela fidelidade e volume de informações e das coleções que efetuou sobre a flora, a fauna, a geologia, a geografia e a etnologia. Os resul-

tados da viagem foram publicados na obra "Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817", Francfort, 1820/21, em dois volumes. Uma tradução portuguesa dessa obra, sob o título "Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817", foi publicada pela Companhia Editora Nacional, série Brasileira, grande formato nº 1, São Paulo, 1940. Os comentários científicos foram feitos pelo Dr. Olivério Pinto, zoólogo e antigo Diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de S. Paulo, hoje Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (U.S.P.).

Auguste François de Saint-Hilaire (1816-1822) naturalista e explorador francês, nascido em 1799 e morto em 1853 em seu país natal. Mais interessado pela botânica, posto que havia sido discípulo do grande botânico Antoine Jussieu e de Louis Richard, em 1816 chegou ao Rio de Janeiro em companhia do embaixador francês, Duque de Luxemburgo. Partindo dessa capital, Saint-Hilaire explorou sucessivamente as Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estendendo ainda suas viagens até o Uruguai e às bordas do Rio da Prata. Além das coleções florísticas, fez também importantes coletas de espécimes da fauna, redigindo também muitas observações das regiões percorridas e sobre populações indígenas. Embarcou para a França em 1822. As suas viagens foram descritas em 9 (nove) livros, um para cada região. A tradução portuguesa dessas obras começou a ser publicada na década de 1930, pela Companhia Editora Nacional, série Brasileira. Recentemente a Editora Itatiaia e Universidade de São Paulo reeditaram os nove volumes. Este Saint-Hilaire (não confundir com aquele G. Saint-Hilaire de 1808, saqueador das coleções de Alexandre Ferreira), é reconhecido como sincero amigo do Brasil.

William John Burchell (1825-1830) naturalista, explorador e desenhista inglês, nascido próximo de Londres em 1781 ou 1782 e falecido por suicídio, em 23 de março de 1863, quando já tinha 82 anos de idade. Burchell foi um dos grandes, entre os maiores, naturalistas que no século passado visitou o Brasil, embora tenha ficado no esquecimento por mais de 100 anos, em nosso país. Entretanto é largamente reconhecido na Inglaterra e na República da África do Sul (antiga colônia britânica) e possivelmente em países vizinhos. Desde jovem, a família proporcionou-lhe esmerada formação intelectual. E nessa fase já mostrava forte inclinação para os estudos de História Natural, particularmente a botânica e por natureza tinha o dom especial para o desenho e para a pintura. Era exímio paisagista e minucioso nos esboços de plantas e animais. Muito novo ainda resolveu explorar novas regiões e estudar a flora e fauna desses locais. Em 1805 foi para ilha de Santa Helena, que emerge no Atlântico Sul (então possessão inglesa), à altura de Angola na África e o Estado da Bahia no Brasil, antes que ali ficasse aprisionado o célebre usurpador Napoleão Bonaparte, onde morreu em 1821.